

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO



PLANO PLURIANUAL 2008 - 2011

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008 – 2011

EXERCÍCIO 2010

VITÓRIA – JUNHO DE 2011

GUILHERME HENRIQUE PEREIRA

Secretário de Estado de Economia e Planejamento

ANA MARIA JAHEL ANTUNES

Subsecretária de Estado de Orçamento

Gerência de Normas e Sistemas de Gestão Orçamentária

JOSÉ JACYR DO NASCIMENTO

Gerência de Programação e Controle Orçamentário

ANTONIO CARLOS AMORIM

Equipe Técnica

CLÁUDIA SAUDINO DE ALMEIDA

FERNANDO ANTONIO BISSOLI

FILIPE CRUZ BILUCAS

IRENE LÉIA BOSSOIS

LUCIANO CAIRES FERREIRA

MARCOS ANTONIO DOS SANTOS

MÁRIO ÂNGELO ALVES DE OLIVEIRA

SANDRA MARIA RODRIGUES

VALÉRIA COSER BOYNARD

VILMA GONÇALVES MEIRELES

VÍVIAN LOUZADA SONCIN

WANDER SOARES MARREIRO

Estagiários

JEFERSON LARANJEIRAS DOS SANTOS

LUCAS RIBEIRO R. FERREIRA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
LISTA DE SIGLAS	6
1 - INTRODUÇÃO	6
2 - DEMONSTRATIVO, POR PROGRAMAS, POR AÇÃO, POR FONTE DE RECURSOS, DE FORMA REGIONALIZADA, DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2010 E A ACUMULADA NO PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PPA 2008-2010 (VOLUMES II E III).....	15
3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA POR EIXOS ESTRATÉGICOS	16
3.1 - REDUÇÃO DA POBREZA.....	16
3.2 – SAÚDE	18
3.3 – EDUCAÇÃO	21
3.4 - DEFESA SOCIAL E JUSTIÇA	23
3.5 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	26
3.6 - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA.....	28
3.7 - REDE DE CIDADES E SERVIÇOS	30
3.8 - LOGÍSTICA E TRANSPORTES	32
3.9 - MEIO AMBIENTE	34
3.10 - IDENTIDADE E IMAGEM CAPIXABA.....	36
3.11 - GESTÃO PÚBLICA E QUALIDADE DAS INSTITUIÇÕES.....	38
3.12 - QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE A DESPESA PREVISTA, ORÇADA, AUTORIZADA E REALIZADA - 2010 - POR EIXOS ESTRATÉGICOS	41
3.13 – GRÁFICO 1 – COMPARATIVO ENTRE A DESPESA PREVISTA, ORÇADA, AUTORIZADA E REALIZADA - 2010 - POR EIXOS ESTRATÉGICOS	42
4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA POR FUNÇÃO	43
4.1 - FUNÇÃO SAÚDE	43
4.2 - FUNÇÃO EDUCAÇÃO	43
4.3 - FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA	44
4.4 - FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	44
4.5 - DEMAIS FUNÇÕES.....	44
4.6 - QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE A DOTAÇÃO INICIAL, AUTORIZADA E REALIZADA POR FUNÇÃO - EXERCÍCIO 2010 RECURSOS DE TODAS AS FONTES.....	45
4.7 - QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA POR FUNÇÃO (2009 2010)	46
4.7 - GRÁFICO 2 - COMPARATIVO ENTRE A DOTAÇÃO INICIAL, AUTORIZADA E REALIZADA POR FUNÇÃO – EXERCÍCIO 2010 RECURSOS DE TODAS AS FONTES.....	47
5 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2010.....	48
5.1 - QUADRO 4 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2010.....	49

5.2 – QUADRO 5 E GRÁFICO 3 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR TIPO DE PROGRAMA - EXERCÍCIO 2010	51
5.3 - QUADRO 6 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR PROGRAMA - EXERCÍCIO 2010.....	52
5.4 - QUADRO 7 - DEMONSTRATIVO DOS 10 PROGRAMAS COM MAIOR DESEMPENHO FINANCEIRO - EXERCÍCIO 2010	59
6 - AVALIAÇÃO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO.....	60
7 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR FONTE DE RECURSOS.....	62
8 - EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	63
9 - METODOLOGIA.....	64
10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

APRESENTAÇÃO

Este Relatório é um importante instrumento de acompanhamento da Gestão Pública, de transparência e controle social, que o Governo do Estado do Espírito Santo encaminha à Assembleia Legislativa, em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.821, de 17 de janeiro de 2008 que instituiu o Plano Plurianual para o período 2008-2011.

Seu conteúdo reconstitui propósitos e diretrizes deste novo momento da administração pública estadual, iniciada em 2003, com a adoção do Planejamento Estratégico sintetizado no documento “Um Novo Espírito Santo - Orientações Estratégicas de Governo, gestão 2003-2006” e com o lançamento em 2006, do “Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025 e as Diretrizes Estratégicas 2007-2010” e seus 12 eixos sinérgicos, identificados no transcorrer deste Relatório.

Incorpora também, a execução física e financeira dos programas, ações e metas de todos os Órgãos Públicos do Estado dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, com quadros e gráficos consolidados que facilitam a leitura e entendimento dos dados e informações presentes neste documento.

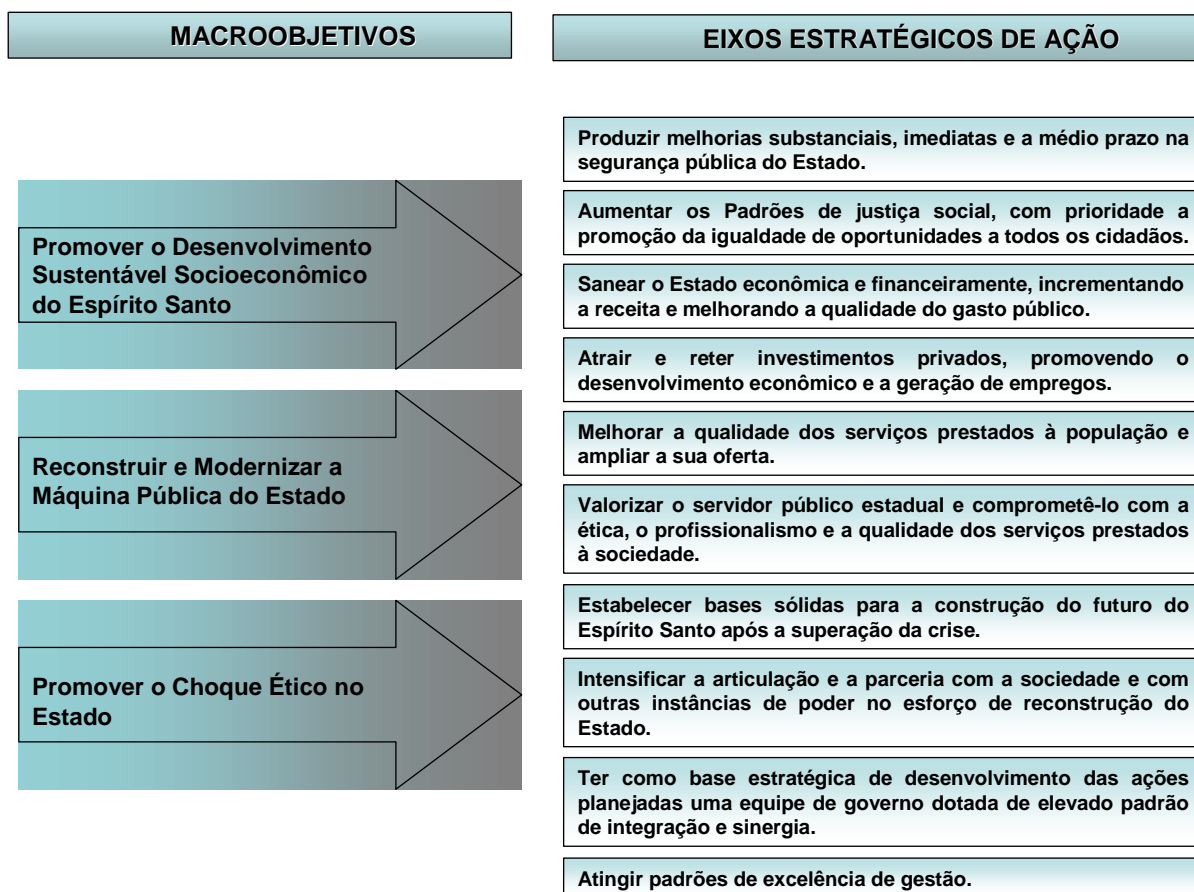
O relatório é composto dos volumes I, II e III. O volume I qualifica o processo de planejamento, com os programas relevantes no Plano de Desenvolvimento 2025 em forma de obras e serviços para a sociedade capixaba. Os volumes II e III trazem de forma detalhada, o demonstrativo por programa e por ação de forma regionalizada, a execução física e financeira do exercício de 2010 e o acumulado do período 2008-2010, dentro da vigência do PPA 2008-2011.

LISTA DE SIGLAS**1 - INTRODUÇÃO**

SIGLA	DESCRIÇÃO
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CESAN	Companhia Espírito Santense de Saneamento
GENSIG	Gerência de Normas Sistemas Gestão Orçamentária
GPO	Grupo de Planejamento e Orçamento
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
PPA	Plano Plurianual
PRÓ GESTÃO	Programa de Gerenciamento Intensivo de Projetos
SIAFEM	Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios
SIGES	Sistema de Gerenciamento Estratégico de Projetos do Governo do Estado do Espírito Santo
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento para Estados e Municípios
SISPPA	Sistema Plano Plurianual
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUBEO	Subsecretaria de Orçamento

O Plano Plurianual - PPA 2008-2011, que tem como objetivo a promoção de um desenvolvimento sustentável com equidade social, trouxe uma série de inovações no processo de Planejamento, Orçamento e Gestão:

- No início do primeiro mandato do Governo Paulo Hartung, em 2003, foi adotado um processo de planejamento estratégico integrado e participativo, com o envolvimento de todas as áreas de governo e com significativa presença da sociedade, cujas conclusões foram sintetizadas no documento “Um Novo Espírito Santo - Orientações Estratégicas de Governo, gestão 2003–2006” e em suas revisões posteriores, que definiram os macroobjetivos do Governo e os eixos estratégicos de ação:



- O planejamento estratégico continuou com o lançamento, em 2006, do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, com o objetivo de agregar esforços

na elaboração e execução de ações que impulsionem o desenvolvimento do Estado, em todas as suas dimensões. Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 resgata também um dos objetivos centrais das “Orientações Estratégicas de Governo 2003-2006”, que fixou como um dos eixos estratégicos “Estabelecer bases sólidas para a construção do futuro do Espírito Santo após a superação da crise”, por meio da ação específica de elaborar um plano estratégico de longo prazo para o Estado. Esta foi a estratégia de desenvolvimento do Espírito Santo adotada para os próximos 17 anos e o caminho escolhido para que o novo ciclo de desenvolvimento traduzido na Visão de Futuro do Planejamento Estratégico se torne realidade para as gerações atuais e futuras. Quatro estratégias principais formam o núcleo propulsor do processo de transformação:

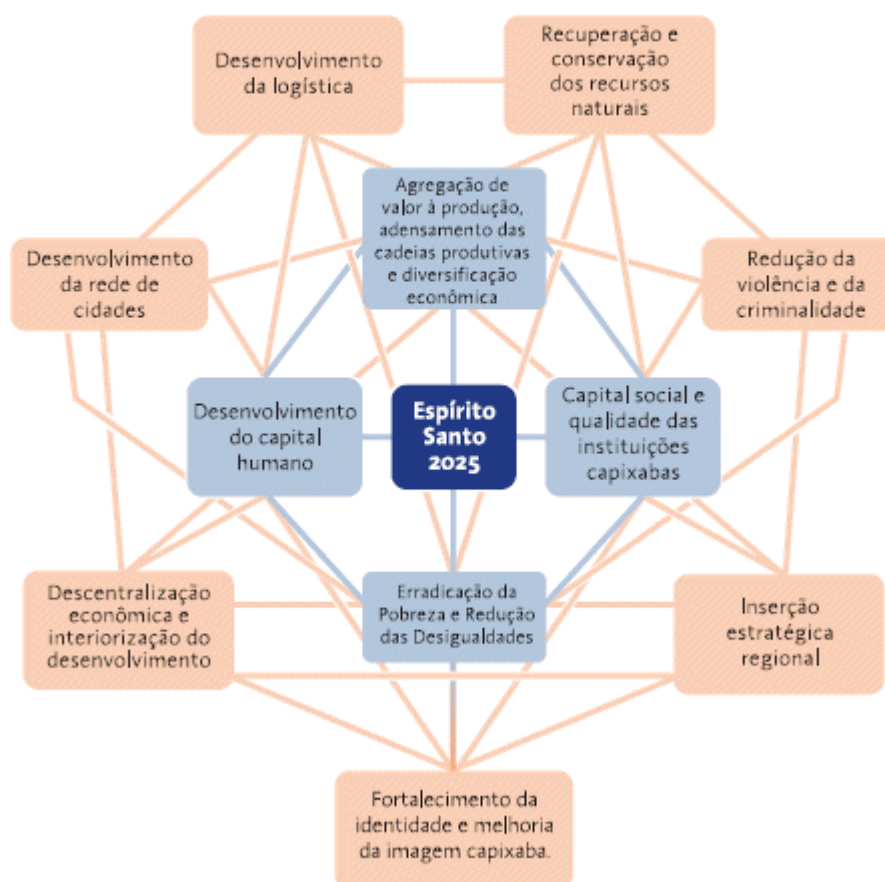
1. Desenvolvimento do capital humano referenciado a padrões internacionais de excelência;
2. Erradicação da pobreza e redução das desigualdades para ampla inclusão social;
3. Diversificação econômica, agregação de valor à produção e adensamento das cadeias produtivas;
4. Desenvolvimento do capital social e da qualidade e robustez das instituições capixabas.

Além dessas estratégias principais, outras sete complementam o núcleo da Estratégia de Desenvolvimento:

5. Redução drástica e definitiva da violência e da criminalidade no Estado;
6. Recuperação e conservação de recursos naturais;
7. Promoção de um desenvolvimento mais equilibrado entre a região metropolitana, o litoral e o interior;

8. Alcance de níveis crescentes de eficiência, integração e acessibilidade do sistema logístico, reforçando seu papel de fator de competitividade da economia capixaba;
9. Estabelecimento de alianças estratégicas regionais para desenvolver oportunidades de desenvolvimento integrado de interesse do Estado;
10. Desenvolvimento de uma rede equilibrada de cidades que favoreça o dinamismo econômico e a qualidade e sustentabilidade do espaço urbano;
11. Fortalecimento da identidade capixaba e imagem do Estado.

Estratégia de Desenvolvimento do Espírito Santo no Horizonte 2006-2025



- A partir de 2007, as diretrizes estratégicas do Governo se consubstanciam em 12 eixos sinérgicos, que têm a função de identificar os grandes desafios com os quais o Governo do Estado se depara em cada uma dessas dimensões, bem como explicitar as suas prioridades de ação e as principais entregas que realizará para a sociedade, a seguir discriminados:

- I** – Redução da Pobreza;
- II** – Saúde;
- III** – Educação;
- IV** – Defesa Social e Justiça;
- V** – Desenvolvimento Econômico;
- VI** – Interiorização do Desenvolvimento e Agricultura;
- VII** – Rede de Cidades e Serviços;
- VIII** – Logística e Transportes;
- IX** – Meio Ambiente;
- X** – Identidade e Imagem Capixaba;
- XI** – Inserção Estratégica Regional;e
- XII** – Gestão Pública e Qualidade das Instituições.

- Os técnicos de todos os Poderes receberam capacitação, por meio de treinamentos específicos, para elaboração e execução do PPA, especialmente sobre a alimentação do SISPPA com as informações físicas e financeiras das metas alcançadas.
- Foram realizadas dez audiências públicas (Colatina, Nova Venécia, São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Venda Nova do Imigrante, Santa Teresa, Linhares, Anchieta, Vitória) para incorporar a participação da sociedade e a dimensão regional das prioridades no processo de planejamento.
- Houve a indicação de disponibilidade de recursos próprios e de terceiros para execução de programas em bases realistas.

- Foi consolidado um conjunto de estatísticas e informações socioeconômicas estratégicas para a formulação e execução de políticas públicas, resultando no documento denominado “Espírito Santo: Referências Estratégicas”, com o estabelecimento de referências comparativas externas (inserção internacional e nacional) e internas (12 microrregiões).
- Metas mobilizadoras foram adotadas, no âmbito do Planejamento Estratégico, para orientar a formulação e gerenciamento dos programas e ações governamentais.
- Em 2007, houve o estabelecimento de produtos e entregas a sociedade, estruturados em 20 projetos prioritários, em 2008 esse número aumentou para 24, em 2009 para 26 projetos e, em 2010 foram registrados 30 projetos, monitorados de forma intensiva pelo “PRÓ GESTÃO”.

Visando atender à Lei nº 8.821, de 17/01/2008 e suas alterações, o relatório de avaliação do PPA está assim estruturado, dispondo ainda de informações complementares para avaliação:

- Demonstrativo, por programas, ação e por fonte de recursos, de forma regionalizada, da execução física e financeira do exercício de 2010 e a acumulada no período de execução do PPA 2008-2010, incluindo gráfico e quadro comparativo (Volume II e III);
- Execução Financeira por Eixos Estratégicos, incluindo quadro 1 e gráfico 1;
- Execução Financeira por Função, incluindo gráficos, quadros comparativos e demais informações;
- Demonstrativo da Despesa Executada por Unidade Orçamentária, por Tipo de Programa e por Programa, incluindo gráficos e quadros comparativos;

- Avaliação do cenário macroeconômico com o comportamento das suas variáveis, que interferem na execução do plano;
- Demonstrativo da Despesa Executada por Fonte de Recursos, apresentado em quadro e gráfico comparativo;
- Execução da Despesa por Poder e Ministério Público;
- Relatório demonstrativo da execução financeira por fontes, ano 2010, incluindo a programação plurianual prevista, autorizada e acumulada até o respectivo exercício, disponibilizando as informações por Poder e Ministério Público e por Órgão, consubstanciado no volume II;
- Relatório demonstrativo, por programas e por ação, de forma regionalizada, da execução física e financeira do exercício de 2010 e a acumulada no período de execução do PPA 2008-2010, incluindo a programação plurianual prevista, autorizada e acumulada até o respectivo exercício, disponibilizando as informações por Poder e por Órgão, incluído nos volumes II e III.

Para consolidação desse relatório, foi utilizada a base de dados do SISPPA, composta por informações sobre a execução financeira dos recursos orçamentários, migradas do SIAFEM e por dados de execução financeira dos recursos não orçamentários e de execução física, de uma maneira geral, informados pelos órgãos gestores responsáveis diretamente no SISPPA.

O Plano Plurianual 2008-2011 tem sua matriz programática estruturada em dois tipos de Programas:

- **Finalístico:** programa do qual resulta bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade;
- **Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais:** programa destinado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, à coordenação, avaliação e controle dos programas de responsabilidade dos órgãos, à oferta de bens ou

serviços diretamente ao Estado por instituições criadas para este fim específico e ao agrupamento de ações de apoio administrativo;

As tabelas e gráficos a seguir, evidenciam o equilíbrio no resultado da execução financeira do PPA no ano de 2010, por:

- Eixos Estratégicos;
- Função;
- Unidade Orçamentária;
- Tipos de Programas;
- Programas;
- Fonte de Recursos;
- Microrregião;
- Poderes e Ministério Público.

No demonstrativo da despesa realizada por Unidade Orçamentária, por programa e por ação no exercício de 2010 constantes do PPA 2008/2011, são apresentados os seguintes esclarecimentos:

Não fazem parte da execução programática deste Relatório, as Unidades Orçamentárias a seguir discriminadas, por não apresentarem programas e ações que tragam benefícios diretos para a população:

70.101- Sentenças Judiciárias;

80.102- Encargos Gerais- Administração Geral a Cargo da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ;

80.103- Sentenças Judiciárias e

99.101- Reserva de Contingência.

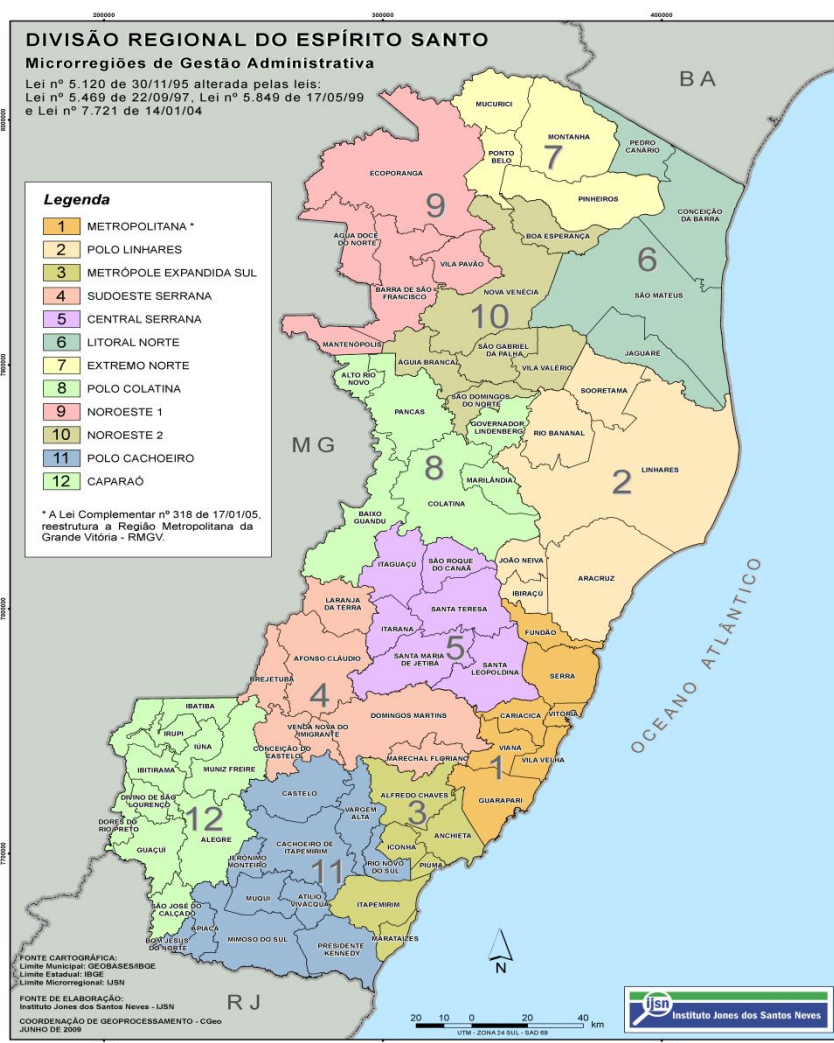
A função 28 - Encargos Gerais e as subfunções 841- Refinanciamento da Dívida Interna; 842-Refinanciamento da Dívida Externa; 843 - Serviço da Dívida Interna; 844 - Serviço da Dívida Externa; 845 – Transferências e 846 - Outros Encargos Especiais,

também não estão contempladas neste Relatório, por não fazerem parte do Plano Plurianual 2008/2011.

Estão representados neste Relatório, os Programas e Ações financiados com recursos de fonte não-orçamentária nos programas que são geridos pelos Órgãos BANDES, CETURB e CESAN, recursos esses advindos de linha de crédito ou de outras parcerias que contribuem para a execução do plano e os resultados almejados pela sociedade.

2 - DEMONSTRATIVO, POR PROGRAMAS, POR AÇÃO, POR FONTE DE RECURSOS, DE FORMA REGIONALIZADA, DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2010 E A ACUMULADA NO PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PPA 2008-2010 (VOLUMES II E III)

O demonstrativo, por programas e por ação, de forma regionalizada, da execução física e financeira do exercício de 2010 e a acumulada no período de execução do PPA 2008-2010, encontra-se inserido nos volumes II e III, contemplando além dos valores orçamentários, os valores não orçamentários e os dados quantitativos da execução das metas, informados pelas unidades gestoras responsáveis.



3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA POR EIXOS ESTRATÉGICOS

A execução financeira do PPA 2008-2011, relativa ao exercício de 2010, distribuiu-se nos seguintes eixos estratégicos de ação, discriminados a seguir, no âmbito do Poder Executivo, tendo sido realizadas despesas totais da ordem de R\$ 7.890.239.732,82 (sete bilhões, oitocentos e noventa milhões, duzentos e trinta e nove mil, setecentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos), demonstrado nos itens 3.1.12 e 3.1.13.

3.1 - REDUÇÃO DA POBREZA

A pobreza é resultado de processos econômicos, políticos e sociais que se relacionam entre si e muitas vezes se reforçam, exacerbando as condições de privação das classes mais pobres quanto a aspectos como liberdade de ação, alimentação, habitação, educação e saúde.

O Estado tem papel essencial no que se refere à redução da pobreza, uma vez que a prestação de serviços públicos de qualidade e eficientemente distribuídos ao longo do território tem a capacidade de atenuar tais carências sociais. Assim, a adequada e equitativa provisão de serviços públicos de qualidade é um fator indispensável para a redução da pobreza, uma vez que as classes mais pobres da população se constituem nos seus principais demandantes.

Fonte: Diretrizes Estratégicas 2007-2010



CRAS em Ponto Belo

O valor do conjunto dos Programas deste Eixo, previsto no PPA 2008/2011 para o exercício de 2010, foi de R\$ 95.734.755,00 (noventa e cinco milhões, setecentos e trinta e quatro mil e setecentos e cinquenta e cinco reais).

Na LOA 2010, a dotação orçamentária inicial que era de R\$ 127.634.049,00 (cento e vinte e sete milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e quarenta e nove reais), foi alterada através de abertura de créditos adicionais, passando para R\$ 176.201.328,00 (cento e setenta e seis milhões, duzentos e um mil e trezentos e vinte e oito reais), sendo realizado o valor de R\$ 152.681.801,36 (cento e cinquenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil, oitocentos e um reais e trinta e seis centavos), correspondendo a 86,7% do total autorizado.

Deste total, os Programas que mais se destacaram foram:

- **Inclusão Social do Transporte Coletivo da RMGV - Transcol Social** que aplicou R\$ 66.712.009,35 (sessenta e seis milhões, setecentos e doze mil, nove reais e trinta e cinco centavos) objetivando criar subsídio para os usuários do sistema de transporte urbano intermunicipal metropolitano da Grande Vitória;
- **Habitação Subsidiada de Interesse Social** que aplicou R\$ 32.191.555,83 (trinta e dois milhões, cento e noventa e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos) objetivando implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, viabilizando o acesso à habitação de interesse social;
- **Assistência Social Básica** que aplicou R\$ 17.134.792,78 (dezessete milhões, cento e trinta e quatro mil, setecentos e noventa e dois reais e setenta e oito centavos) objetivando prevenir situação de risco social e pessoal, reforçando os vínculos familiares e comunitários;
- **Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda** que aplicou R\$ 17.027.264,97 (dezessete milhões, vinte e sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos) objetivando gerar oportunidade de trabalho e renda,

com ampliação da empregabilidade e da capacidade empreendedora da população, do desenvolvimento social e econômico local, contribuindo para a redução dos níveis de desemprego e subemprego e da pobreza; e

- **Assistência Social Especial** que aplicou R\$ 9.737.937,39 (nove milhões, setecentos e trinta e sete mil, novecentos e trinta e sete reais e trinta e nove centavos) objetivando fomentar o atendimento especializado às pessoas e famílias em situação de risco instalado na perspectiva do convívio familiar e comunitário.

3.2 – SAÚDE

O ingresso do Espírito Santo em trajetória de desenvolvimento sustentável está condicionado à qualidade de vida de sua população, expressa, entre outros, por meio de indicadores de saúde.

Por isso, o cuidado com a população capixaba requer a busca incessante por resultados efetivos na área da saúde, em especial no que se refere à oferta e qualidade dos serviços prestados.

Fonte: Diretrizes Estratégicas 2007-2010



Unidade de Saúde em Ponto Belo

O valor do conjunto dos Programas deste Eixo, previsto no PPA 2008/2011 para o exercício de 2010, foi de R\$ 685.984.205,00 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e quatro mil e duzentos e cinco reais).

Na LOA 2010, a dotação orçamentária inicial que era de R\$ 985.681.069,00 (novecentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e um mil e sessenta e nove reais), foi alterada através de abertura de créditos adicionais, passando para R\$ 1.175.307.458,55 (um bilhão, cento e setenta e cinco milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), sendo realizado R\$ 1.037.429.086,93 (um bilhão, trinta e sete milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, oitenta e seis reais e noventa e três centavos), correspondendo a 88.3% do total autorizado.

Deste total, os Programas que mais se destacaram foram:

- **Assistência Especializada em Saúde** que aplicou R\$ 466.201.170,04 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, duzentos e um mil, cento e setenta reais e quatro centavos), objetivando garantir o acesso equitativo e universal da população aos cuidados em saúde de forma hierárquica e regionalizada com a contratação de serviços complementares ambulatoriais e hospitalares, conforme normas operacionais do SUS e aprimoramento da rede de urgência, emergência e regulação assistencial, promovendo a suficiência em serviços de média e alta complexidade;
- **Manutenção da Rede de Serviços de Saúde** que aplicou R\$ 285.384.778,84 (duzentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), objetivando ofertar serviços hospitalares e ambulatoriais de especialidades, de urgência/emergência, com qualidade e em quantidade suficiente para atendimento da população, de acordo com as normas assistenciais vigentes;
- **Reestruturação da Rede de Serviços de Saúde no Estado** que aplicou R\$ 124.758.309,54 (cento e vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos), objetivando construir, ampliar, reformar e equipar a rede pública de saúde e adequá-la às normas legais

e tecnológicas vigentes, visando a ampliação da capacidade instalada da rede de serviços de saúde no Estado;

- **Implementação da Assistência Farmacêutica** que aplicou R\$ 90.427.239,15 (noventa milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, duzentos e trinta e nove reais e quinze centavos), objetivando garantir o acesso da população aos medicamentos essenciais, excepcionais, programas específicos e correlatos na rede pública, com segurança e qualidade; e
- **Gestão da Política de Saúde no Estado** que aplicou R\$ 33.375.509,97 (trinta e três milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quinhentos e nove reais e noventa e sete centavos), objetivando apoiar o planejamento, coordenar, supervisionar e avaliar as políticas públicas na área da saúde.

3.3 – EDUCAÇÃO

Nos dias de hoje, e ainda mais no futuro, as oportunidades de desenvolvimento dos países ou regiões dependerão, cada vez mais, do nível do seu capital humano, expresso pela quantidade de anos e pela qualidade do ensino oferecido a seus habitantes.

Dessa forma, investimentos em educação devem ser prioritários, uma vez que seus impactos positivos poderão ser sentidos não apenas sobre os níveis de pobreza e desigualdade, mas também sobre os níveis de competitividade e atratividade da economia, por meio da eficiência e capacidade de inovação do setor produtivo e do uso racional dos recursos naturais.

Fonte: Diretrizes Estratégicas 2007-2010



Rematricula SEDU

O valor do conjunto dos Programas deste Eixo, previsto no PPA 2008/2011 para o exercício de 2010 foi de R\$ 770.968.353,00 (setecentos e setenta milhões, novecentos e sessenta e oito mil e trezentos e cinquenta e três reais).

Na LOA 2010, a dotação orçamentária inicial que era de R\$ 802.955.133,00 (oitocentos e dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil e cento e trinta e três reais) foi alterada por meio de abertura de créditos adicionais passando para R\$ 1.118.308.142,36 (um bilhão, cento e dezoito milhões, trezentos e oito mil, cento e

quarenta e dois reais e trinta e seis centavos), sendo realizado o valor de R\$ 1.041.204.310,44 (um bilhão, quarenta e um milhões, duzentos e quatro mil, trezentos e dez reais e quarenta e quatro centavos), correspondendo a 93,1 % do total autorizado.

Deste total, os Programas que mais se destacaram foram:

- **Gestão Escolar** que aplicou R\$ 807.114.835,42 (oitocentos e sete milhões, cento e quatorze mil, oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos), objetivando desenvolver a prática da gestão democrática na escola, privilegiando a ação coletiva, com a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões e o compromisso com uma aprendizagem de qualidade como resposta aos interesses da sociedade;
- **Expansão e Modernização da Rede Escolar** que aplicou R\$ 117.432.638,98 (cento e dezessete milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos), objetivando promover a expansão e melhoria da rede escolar, dotando-a de infraestrutura adequada e recursos materiais atualizados, fazendo da escola um ambiente estimulante e integrado à comunidade;
- **Gestão de Políticas Públicas da Educação** com a aplicação de R\$ 27.034.322,93 (vinte e sete milhões, trinta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos) objetivando melhorar a qualidade dos serviços de educação ofertados à sociedade por meio de ações que permitam aperfeiçoar e modernizar a gestão institucional;
- **Bolsa Universitária – Nossa Bolsa** que aplicou R\$ 19.543.970,00 (dezenove milhões, quinhentos e quarenta e três mil e novecentos e setenta reais) objetivando ampliar o acesso de alunos da rede pública ao ensino de nível superior oferecido por instituições privadas; e

- **Educação Profissional** que aplicou R\$ 16.957.746,87 (dezesesseis milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos) objetivando ampliar a oferta da educação profissional e democratizar o acesso a cursos técnicos de qualidade.

3.4 - DEFESA SOCIAL E JUSTIÇA

Resultado da combinação de processos econômicos, políticos e sociais, a violência é um problema complexo e de toda a sociedade brasileira. No ambiente urbano brasileiro, está associada à superposição de desvantagens, como, por exemplo, a carência de emprego, educação, habitação, estrutura familiar, entre outros.

Já está comprovado que o enfrentamento da violência não se restringe a um conjunto de medidas punitivas ou opressivas, nem tampouco é de responsabilidade única do Estado. As políticas públicas precisam estar orientadas especialmente para a superação dos problemas primários que contribuem para o agravamento da violência e da criminalidade, numa perspectiva sustentável no longo prazo, que aglutine esforços de todos os segmentos da sociedade, no que se refere à educação, à cultura e à entrada no mercado de trabalho, em especial de jovens em condição de vulnerabilidade.

Fonte: Diretrizes Estratégicas 2007-2010



Corpo de Bombeiros Militar – Unidade de Nova Venécia

O valor do conjunto dos Programas deste Eixo, previsto no PPA 2008/2011 para o exercício de 2010, foi de R\$ 406.852.665,00 (quatrocentos e seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e sessenta e cinco reais).

Na LOA 2010, a dotação orçamentária inicial que era de R\$ 357.962.728,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões, novecentos e sessenta e dois mil e setecentos e vinte e oito reais), foi alterada através de abertura de créditos adicionais, passando para R\$ 557.669.339,12 (quinhentos e cinquenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, trezentos e trinta e nove reais e doze centavos), sendo realizado o valor de R\$ 504.799.807,08 (quinhentos e quatro milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e sete reais e oito centavos), correspondendo a 90,5% do total autorizado.

Deste total, os Programas que mais se destacaram foram:

- **Ampliação e Modernização do Sistema Prisional** que aplicou R\$ 204.016.206,29 (duzentos e quatro milhões, dezesseis mil, duzentos e seis reais e vinte e nove centavos), objetivando investir na infraestrutura prisional, recuperando instalações e ampliando a capacidade de vagas e em novas tecnologias para informatização, segurança e transporte;
- **Administração Prisional** que aplicou R\$ 101.737.833,92 (cento e um milhões, setecentos e trinta e sete mil, oitocentos e trinta e três reais e noventa e dois centavos), objetivando dar apoio administrativo ao desenvolvimento das atividades da administração prisional, garantindo estrutura e adequação às ações de manutenção do espaço físico das unidades prisionais;
- **Modernização e Gestão de Políticas Públicas pela Redução da Violência e da Criminalidade** que aplicou R\$ 48.661.721,74 (quarenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e vinte e um reais e setenta e quatro centavos), objetivando planejar e formular políticas para as áreas de segurança pública e defesa social e apoiar a execução, coordenar, controlar, avaliar e divulgar os

resultados dos programas de responsabilidade do órgão e de suas entidades vinculadas;

- **Expansão da Rede e Aperfeiçoamento da Gestão do Sistema Estadual de Atendimento Sócio- Educativo** que aplicou R\$ 31.063.284,09 (trinta e um milhões, sessenta e três mil, duzentos e oitenta e quatro reais e nove centavos), objetivando adequar a capacidade e melhorar a gestão do sistema com o objetivo de estruturar, qualificar e capacitar para o atendimento sócio-educativo, tanto em regime de privação de liberdade quanto em meio aberto; e
- **Prevenção e Redução da Violência e da Criminalidade** que aplicou R\$ 30.657.260,62 (trinta milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil , duzentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos), objetivando reduzir de forma significativa os índices de violência e da criminalidade.

3.5 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O crescimento econômico acelerado é uma condição fundamental para viabilizar o 3º ciclo de desenvolvimento do Espírito Santo. Embora não seja o único determinante da melhoria da qualidade de vida do capixaba, o crescimento da economia de forma integrada e territorialmente equilibrada é elemento central para a construção do futuro desejado para o estado.

A situação atual da economia capixaba, quando comparada a 40 anos atrás, mostra que o estado foi palco de um crescimento econômico bastante expressivo e diversificado, influenciado fortemente pelo processo de industrialização concentrado em produtos semi-elaborados. No entanto, ainda há espaço para a diversificação econômica e aumento do valor agregado da produção, com ênfase na geração de conhecimento tecnológico e científico, no estímulo à inovação e na qualificação da mão-de-obra capixaba.

Fonte: Diretrizes Estratégicas 2007-2010



Engenharia Agrícola e desenvolvimento das pequenas propriedades

O valor do conjunto dos Programas deste Eixo, previsto no PPA 2008/2011 para o exercício de 2010 foi de R\$ 35.724.095,00 (trinta e cinco milhões, setecentos e vinte e quatro mil e noventa e cinco reais).

Na LOA 2010, a dotação orçamentária inicial que era de R\$ 78.044.521,00 (setenta e oito milhões, quarenta e quatro mil e quinhentos e vinte e um reais), foi alterada por

meio de abertura de créditos adicionais, passando para R\$ 48.511.214,99 (quarenta e oito milhões, quinhentos e onze mil, duzentos e quatorze reais e noventa e nove centavos), sendo realizado o valor de R\$ 36.916.013,29 (trinta e seis milhões, novecentos e dezesseis mil, treze reais e vinte e nove centavos), correspondendo a 76,1% do total autorizado.

Deste total, os Programas que mais se destacaram foram:

- **Incentivo à Recuperação e ao Desenvolvimento da Economia do Estado** que aplicou R\$ 52.331.901,00 (cinquenta e dois milhões, trezentos e trinta e um mil e novecentos e um reais) objetivando criar bases estratégicas para o desenvolvimento econômico do Estado;
- **Consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - C, T & I** que aplicou R\$ 16.465.730,01 (dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e trinta reais e um centavo) objetivando consolidar o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - C, T & I de forma a possibilitar um incremento nas atividades científicas, tecnológicas e de inovação nos diversos segmentos da sociedade capixaba e ampliar o escopo de apoio ao desenvolvimento econômico e social do Estado do Espírito Santo nas áreas prioritárias definidas pelo Governo do Estado; e
- **Infraestrutura Turística** que aplicou R\$ 5.308.282,91 (cinco milhões, trezentos e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) objetivando promover a melhoria/criação da infraestrutura turística da cidade onde, efetivamente, o turismo se desenvolve.

3.6 - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA

Incorporar a dimensão social à lógica de desenvolvimento econômico, aspecto que diferenciará o terceiro ciclo de desenvolvimento capixaba dos anteriores, requer a superação de grandes desafios na área social. Grande parte destes desafios, por sua vez, tem origem no movimento de concentração populacional pelo qual atravessou o estado nos últimos quarenta anos, que resultou em crescimento demográfico acelerado da RMGV. A implantação de grandes indústrias na metrópole e a perda de dinamismo do setor primário em boa parte do interior, especialmente no sul e no Caparaó além do noroeste do estado, está no centro desta problemática.

Por isso, os principais atores do estado chamam a atenção para a necessidade de iniciativas específicas que fomentem o desenvolvimento econômico também fora da RMGV. O desenvolvimento das regiões do interior ajudaria a aliviar a pressão demográfica sobre a metrópole e médias cidades do interior, por um lado, e a reter a população rural no interior, por meio da geração de empregos e oportunidades nessas localidades.

Fonte: Diretrizes Estratégicas 2007-2010



SEAG apóia produtores rurais

O valor do conjunto dos Programas deste Eixo, previsto no PPA 2008/2011 para o exercício de 2010, foi de R\$ R\$ 106.320.012,00 (cento e seis milhões, trezentos e vinte mil e doze reais).

Na LOA 2010, a dotação orçamentária inicial que era de R\$ 100.591.061,00 (cem milhões, quinhentos e noventa e um mil e sessenta e um reais) foi alterada por meio de abertura de créditos adicionais, passando para R\$ 141.887.580,00 (cento e quarenta e um milhões, oitocentos e oitenta e sete mil e quinhentos e oitenta reais), sendo realizado o valor de R\$ 123.890.862,34 (cento e vinte três milhões, oitocentos e noventa mil, oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos), correspondendo a 87,3% do total autorizado.

Deste total, os Programas que mais se destacaram foram:

- **Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar** que aplicou R\$ 54.297.907,90 (cinquenta e quatro milhões, duzentos e noventa e sete mil, novecentos e sete reais e noventa centavos) objetivando fortalecer a agricultura familiar, apoiando as iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da agroecologia; e
- **Estradas Rurais – Caminhos do Campo** que aplicou R\$ 53.820.857,65 (cinquenta e três milhões, oitocentos e vinte mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) objetivando garantir a trafegabilidade das estradas rurais durante todo o ano, em áreas de concentração de produção agrícola e/ou agroturismo.

3.7 - REDE DE CIDADES E SERVIÇOS

Além da interiorização do desenvolvimento, a desconcentração demográfica também está fortemente atrelada à necessidade de desenvolver centralidades urbanas, além da metrópole, que se mostrem capazes de reter a população por meio da provisão de serviços de qualidade.

De fato, há forte expectativa da sociedade capixaba no sentido de que o novo ciclo de desenvolvimento seja capaz de distribuir seus benefícios em todo o território estadual. E um dos caminhos mais eficazes para atingir este objetivo é a indução do desenvolvimento de um sistema urbano que resulte em uma rede equilibrada de cidades, em vez de uma concentração excessiva na metrópole.

Fonte: Diretrizes Estratégicas 2007-2010



Municípios discutem desenvolvimento urbano na Conferência Estadual das Cidades

O valor do conjunto dos Programas deste Eixo, previsto no PPA 2008/2011 para o exercício de 2010, foi de R\$ 7.294.100,00 (sete milhões, duzentos e noventa e quatro mil e cem reais).

Na LOA 2010, a dotação orçamentária inicial que era de R\$ 8.050.513,00 (oito milhões, cinquenta mil e quinhentos e treze reais), foi alterada por meio de abertura de créditos adicionais, passando para, R\$ 6.021.522,00 (seis milhões, vinte e um mil e quinhentos e vinte e dois reais) sendo realizado o valor de R\$ 2.704.411,80 (dois milhões, setecentos e quatro mil, quatrocentos e onze reais e oitenta centavos) correspondendo a 44,9 % do total autorizado.

3.8 - LOGÍSTICA E TRANSPORTES

A revolução tecnológica e a globalização incorreram na ampliação e aumento da competição nos grandes mercados mundiais, bem como em mercados regionais e locais. A diferenciação dentro de um setor econômico requer das empresas, cada vez mais, uma maior capacidade em termos de qualidade de produtos e processos e de eficiência operacional, especialmente quanto à redução de custos em todas as atividades do negócio.

Nesse contexto, a disponibilidade de uma logística eficiente e de qualidade configura-se como um importante elemento para a vantagem competitiva de empresas e sistemas produtivos. Espaços econômicos que dispõem de logística avançada têm uma capacidade maior de atrair investimentos e de ampliar a capacidade competitiva de suas empresas.

Fonte: Diretrizes Estratégicas 2007-2010



Viaduto sobre avenida Carlos Lindenberg

O valor do conjunto dos Programas deste Eixo, previsto no PPA 2008/2011 para o exercício de 2010, foi de R\$ 375.527.097,00 (trezentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e sete mil e noventa e sete reais).

Na LOA 2010, a dotação orçamentária inicial que era de R\$ 352.932.998,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e trinta e dois mil e novecentos e noventa e oito reais), foi alterada por meio de abertura de créditos adicionais, passando para R\$ 693.567.859,13 (seiscentos e noventa e três milhões, quinhentos e

sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e treze centavos), sendo realizado R\$ 622.074.020,98 (seiscentos e vinte e dois milhões, setenta e quatro mil, vinte reais e noventa e oito centavos), correspondendo a 89,6% do total autorizado.

Deste total, os Programas que mais se destacaram foram:

- **Consolidação do Sistema Rodoviário Estadual e de Vias Complementares** que aplicou R\$ 183.374.774,38 (cento e oitenta e três milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos), objetivando promover a adequação de capacidade e possibilitar o incremento do sistema rodoviário estadual e de vias complementares;
- **Infraestrutura Urbana** que aplicou R\$ 133.798.517,11 (cento e trinta e três milhões, setecentos e noventa e oito mil, quinhentos e dezessete reais e onze centavos), objetivando proporcionar à população melhores condições de segurança, habitação, acessibilidade, mobilidade e melhoramentos urbanos, por intermédio da viabilização de investimentos em infraestrutura urbana;
- **Recuperação da Malha Rodoviária Estadual** que aplicou R\$ 96.517.735,66 (noventa e seis milhões, quinhentos e dezessete mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos), objetivando melhorar as condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, promovendo redução do tempo de viagens, redução dos custos e aumento da segurança e conforto dos usuários da malha;
- **Mobilidade Urbana** que aplicou R\$ 58.893.201,59 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e noventa e três mil, duzentos e um reais e cinquenta e nove centavos), objetivando melhorar as condições de conforto, segurança e mobilidade do usuário do transporte coletivo e individual na região metropolitana da Grande Vitória, por meio da implantação de corredores urbanos, pontes/viadutos e construção/ampliação de terminais urbanos de integração; e

- **Manutenção da Rede Rodoviária Estadual** que aplicou R\$ 50.396.431,85 (cinquenta milhões, trezentos e noventa e seis mil, quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos) objetivando manter a malha rodoviária estadual em boas condições operacionais de tráfego.

3.9 - MEIO AMBIENTE

A questão ambiental vem ganhando, nos últimos 20 anos, crescente relevância na agenda de governos e empresas de todo o mundo, em função da exploração predatória do meio ambiente testemunhada no século passado, e cujos impactos começam a ser percebidos desde já, como o rápido aquecimento global e o aumento do nível dos oceanos.

O desafio que se coloca para todo o mundo no início deste novo século é conciliar a geração de riqueza e a obtenção de bem-estar social com a preservação da qualidade ambiental. Por isso, é imperativo que as estratégias contemporâneas para o desenvolvimento combinem os benefícios econômicos com a melhoria dos indicadores sócio-ambientais.

Fonte: Diretrizes Estratégicas 2007-2010



Recuperação da Bugia em Conceição da Barra

O valor do conjunto dos Programas deste Eixo, previsto no PPA 2008/2011 para o exercício de 2010 foi de R\$ 92.985.324,00 (noventa e dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil e trezentos e vinte e quatro reais).

Na LOA 2010, a dotação orçamentária inicial que era de R\$ 90.522.726,00 (noventa milhões, quinhentos e vinte e dois mil e setecentos e vinte e seis reais), foi alterada por meio de abertura de créditos adicionais, passando para R\$ 106.794.748,00 (cento e seis milhões, setecentos e noventa e quatro mil e setecentos e quarenta e oito reais), sendo realizado o valor de R\$ 81.168.693,76 (oitenta e um milhões, cento e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e três reais e setenta e seis centavos) correspondendo a 76,0 % do total autorizado.

Neste eixo, os Programas, incluindo os integrantes da CESAN (com recursos não-orçamentários), que mais se destacaram foram:

- **Saneamento Ambiental Urbano** que aplicou R\$ 255.508.470,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e oito mil e quatrocentos e setenta reais) objetivando universalizar o atendimento com serviços de abastecimento de água e elevar o nível de atendimento com serviços de esgotamento sanitário em todo o Estado, principalmente com recursos aplicados pela Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN;
- **Gerenciamento Costeiro Integrado** que aplicou R\$ 64.764.950,72 (sessenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos) objetivando implementar as ações previstas no Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado (Lei Estadual nº 5.816/1998);
- **Gestão da Política Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos** que aplicou R\$ 4.552.735,25 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos) objetivando fortalecer a política estadual de meio ambiente e recursos hídricos, por meio da melhoria da gestão dos diversos programas do órgão e de suas entidades vinculadas;
- **Recuperação e Conservação de Recursos Naturais** que aplicou R\$ 3.716.229,66 (três milhões, setecentos e dezesseis mil, duzentos e vinte e

nove reais e sessenta e seis centavos) objetivando garantir a preservação de amostras dos diferentes ecossistemas existentes no Espírito Santo e ampliar e/ou proteger a cobertura florestal natural do Estado; e

Ampliação da Cobertura dos Sistemas de Saneamento Ambiental Básico que aplicou R\$ 2.266.011,24 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, onze reais e vinte e quatro centavos) objetivando viabilizar investimentos em saneamento nos municípios e localidades não atendidos pela CESAN.

3.10 - IDENTIDADE E IMAGEM CAPIXABA

A identidade e a imagem de um país ou região são construídas a partir da congregação de elementos sociais, culturais, econômicos e políticos existentes em momentos distintos de sua história. Uma identidade bem definida contribui para a unidade de um povo, para a valorização de seu passado e origem e para o seu posicionamento dentro do contexto em que está inserido.

Complementarmente, uma imagem positiva é capaz de elevar a sua autoestima, por meio da valorização de suas conquistas, e de destacá-lo dentro do contexto em que está inserido, bem como gerar ganhos econômicos e sociais para a sociedade, como é o caso do uso da cultura e dos recursos naturais como atrativos para o turismo.

Fonte: Diretrizes Estratégicas 2007-2010



Banda de congo em apresentação no Centro de Convenções

O valor do conjunto dos Programas deste Eixo, previsto no PPA 2008/2011 para o exercício de 2010, foi de R\$ 26.057.495,00 (vinte e seis milhões, cinquenta e sete mil e quatrocentos e noventa e cinco reais).

Na LOA 2010, a dotação orçamentária inicial que era de R\$ 54.175.453,00 (cinquenta e quatro milhões, cento e setenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e três reais) foi alterada por meio de abertura de créditos adicionais, passando para R\$ 135.451.937,00 (cento e trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e novecentos e trinta e sete reais), sendo realizado o valor de R\$ 111.940.597,28 (cento e onze milhões, novecentos e quarenta mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), correspondendo a 82,6% do total autorizado.

Deste total, os Programas que mais se destacaram foram:

- **Expansão e Preservação do Patrimônio Cultural** que aplicou R\$ 50.387.331,92 (cinquenta milhões, trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos) objetivando expandir e preservar o acervo de bens culturais móveis e imóveis, de natureza imaterial e do patrimônio natural, que inclui a realização de inventários e projetos de revitalização/restauração e criação de espaços culturais;
- **Expansão e Melhoria do Desenvolvimento da Prática Esportiva** que aplicou R\$ 48.830.084,19 (quarenta e oito milhões, oitocentos e trinta mil, oitenta e quatro reais e dezenove centavos) objetivando contribuir para o desenvolvimento do esporte e lazer em todos os seus segmentos, modalidades, formas e abrangência por meio de projetos e atividades, visando sua expansão e difusão nos aspectos educacional, sócio-cultural, de saúde, rendimento e outros; e
- **Promoção e Gestão Cultural** que aplicou R\$ 8.224.498,98 (oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e oito centavos) objetivando promover as manifestações culturais populares e

tradicionais do Estado e facilitar o acesso do cidadão aos bens e serviços culturais.

3.11 - GESTÃO PÚBLICA E QUALIDADE DAS INSTITUIÇÕES

Desde o início da década de 80 o ambiente público vem se tornando cada vez mais incerto, turbulento e complexo. Revolução tecnológica, globalização, crises econômicas de escala mundial e escassez de recursos públicos são alguns dos fatores que contribuíram para a mudança do ambiente em que o Estado está inserido, demandando o desenvolvimento de uma capacidade de resposta a mudanças e de inovação semelhante àquela que se encontra no setor privado.

Soma-se a isso a consolidação da democracia, que pressupõe o fortalecimento do cidadão e da sociedade civil, os quais assumem um papel cada vez mais relevante na cobrança de resultados das instituições públicas. Nesse contexto, eficiência, transparência, controle social, qualidade e responsabilização são demandados de todas as esferas da administração pública.

Fonte: Diretrizes Estratégicas 2007-2010



CESAN ganha prêmio INOVES Ciclo 2010

O valor do conjunto dos Programas deste Eixo, previsto no PPA 2008/2011 para o exercício de 2010, foi de R\$ 3.994.830.950,00 (três bilhões, novecentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e trinta mil e novecentos e cinquenta reais).

Na LOA 2010, a dotação orçamentária inicial que era de R\$ 3.640.722.230,00 (três bilhões, seiscentos e quarenta milhões, setecentos e vinte e dois mil e duzentos e trinta reais), foi alterada por meio de abertura de créditos adicionais, passando para R\$ 4.362.242.440,23 (quatro bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e três centavos), sendo realizado R\$ 4.175.430.127,56 (quatro bilhões, cento e setenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos), correspondendo a 95,7% do total autorizado.

Deste total, os Programas que mais se destacaram foram:

- **Informatização das Atividades do Poder Executivo** que aplicou R\$ 32.239.178,43 (trinta e dois milhões, duzentos e trinta e nove mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e três centavos) objetivando dotar o Poder Executivo de recursos computacionais para produzir as informações necessárias a gestão de suas atividades;
- **Qualidade no Atendimento ao Cidadão e às Empresas** que aplicou R\$ 11.389.993,67 (onze milhões, trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta e sete centavos) objetivando disponibilizar aos cidadãos e empresas serviços públicos de qualidade com eficiência e rapidez. O programa contempla a ação Implantação das Centrais de Atendimento Integrado - "Faça Fácil", com a finalidade de reunir em único local um amplo leque de órgãos e empresas prestadoras de serviços de natureza pública, com atendimento de qualidade, eficiência e rapidez, sem discriminação ou privilégios;
- **Inovação na Gestão Pública** que aplicou R\$ 5.922.410,01 (cinco milhões, novecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e dez reais e um centavo) objetivando

aprimorar os serviços prestados e tornar a administração mais ágil, eficiente e eficaz; e

- **Promoção da Capacitação e Desenvolvimento Gerencial dos Servidores Públicos do Estado** que aplicou R\$ 5.896.944,18 (cinco milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos) objetivando oferecer conhecimentos técnicos e ferramentas, visando a mudança cultural na gestão pública com foco no resultado.

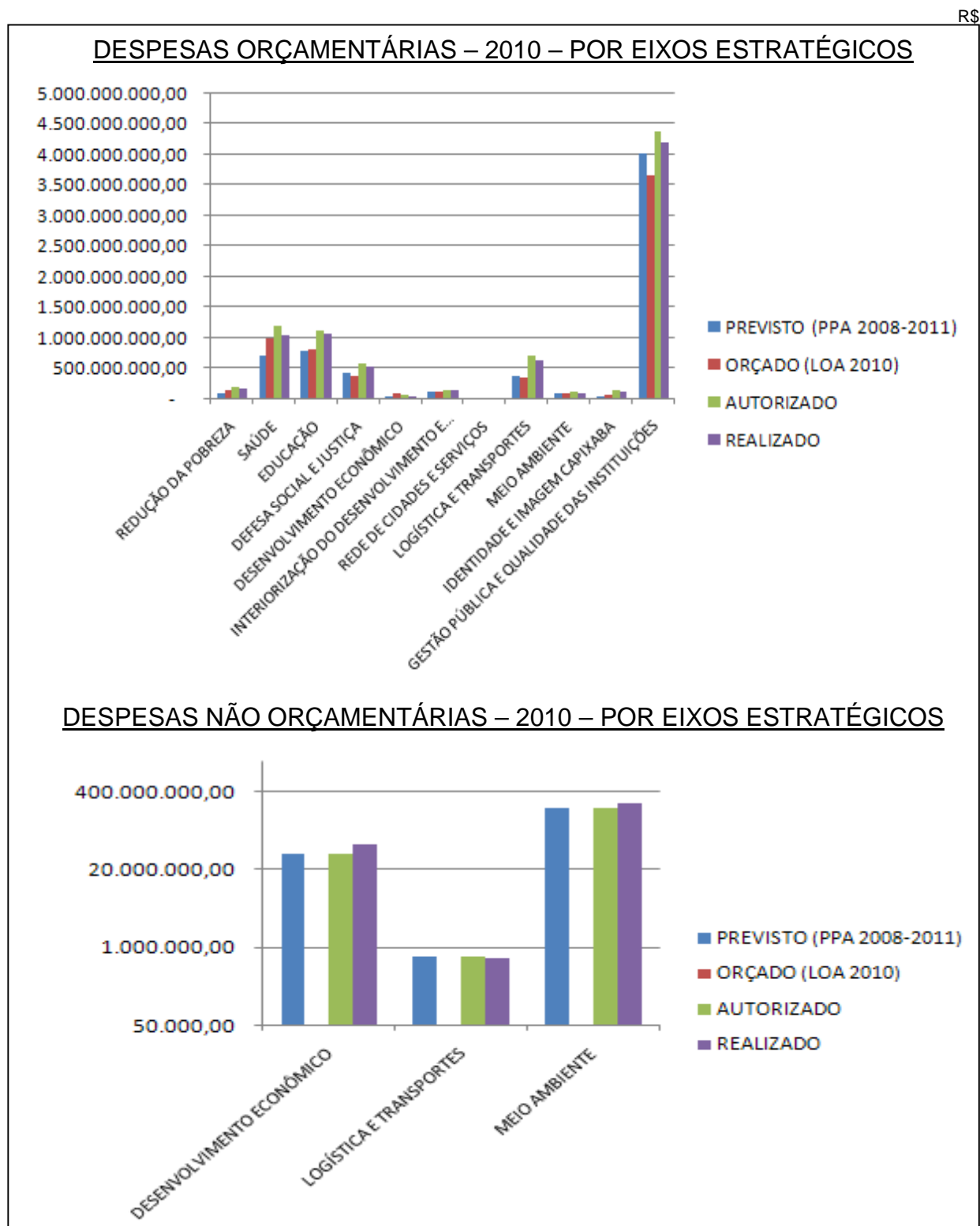
3.12 - QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE A DESPESA PREVISTA, ORÇADA, AUTORIZADA E REALIZADA - 2010 - POR EIXOS ESTRATÉGICOS

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - 2010 - POR EIXOS ESTRATÉGICOS						
Nº	EIXO	PREVISTO (PPA 2008-2011)	ORÇADO (LOA 2010)	AUTORIZADO (A)	REALIZADO (B)	% B/A
I	REDUÇÃO DA POBREZA	95.734.755,00	127.634.049,00	176.201.328,00	152.681.801,36	86,7
II	SAÚDE	685.984.205,00	985.681.069,00	1.175.307.458,55	1.037.429.086,93	88,3
III	EDUCAÇÃO	770.968.353,00	802.955.133,00	1.118.308.142,36	1.041.204.310,44	93,1
IV	DEFESA SOCIAL E JUSTIÇA	406.852.665,00	357.962.728,00	557.669.339,12	504.799.807,08	90,5
V	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	35.724.095,00	78.044.521,00	48.511.214,99	36.916.013,29	76,1
VI	INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA	106.320.012,00	100.591.061,00	141.887.580,00	123.890.862,34	87,3
VII	REDE DE CIDADES E SERVIÇOS	7.294.100,00	8.050.513,00	6.021.522,00	2.704.411,80	44,9
VIII	LOGÍSTICA E TRANSPORTES	375.527.097,00	352.932.998,00	693.567.859,13	622.074.020,98	89,7
IX	MEIO AMBIENTE	92.985.324,00	90.522.726,00	106.794.748,00	81.168.693,76	76,0
X	IDENTIDADE E IMAGEM CAPIXABA	26.057.495,00	54.175.453,00	135.451.937,00	111.940.597,28	82,6
XII	GESTÃO PÚBLICA E QUALIDADE DAS INSTITUIÇÕES	3.994.830.950,00	3.640.722.230,00	4.362.242.440,23	4.175.430.127,56	95,7
	TOTAL PODER EXECUTIVO	6.598.279.051,00	6.599.272.481,00	8.521.963.569,38	7.890.239.732,82	92,6
	TOTAL OUTROS PODERES E MP	1.101.137.335,00	1.072.942.714,00	1.120.257.909,51	1.000.892.440,61	89,3
	TOTAL GERAL	7.699.416.386,00	7.672.215.195,00	9.642.221.478,89	8.891.132.173,43	92,2
DESPESAS NÃO ORÇAMENTÁRIAS - 2010 - POR EIXOS ESTRATÉGICOS						
Nº	EIXO	PREVISTO (PPA 2008-2011)	ORÇADO (LOA 2010)	AUTORIZADO	REALIZADO	% B/A
V	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	37.500.000,00	-	37.500.000,00	52.331.901,00	139,6
VIII	LOGÍSTICA E TRANSPORTES	700.000,00	-	700.000,00	666.001,41	95,1
IX	MEIO AMBIENTE	216.676.934,00	-	216.646.934,00	255.508.470,00	117,9
	TOTAL GERAL	254.876.934,00	-	254.846.934,00	308.506.372,41	121,1

Fonte: SISPPA/SIAFEM

3.13 – GRÁFICO 1 – COMPARATIVO ENTRE A DESPESA PREVISTA, ORÇADA, AUTORIZADA E REALIZADA - 2010 - POR EIXOS ESTRATÉGICOS



Fonte: SISPPA/SIAFEM

4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA POR FUNÇÃO

No exercício de 2010, observados os dados constantes dos quadros 2 e 3 e gráfico 2, a seguir, nota-se claramente a ênfase social dada pelo Governo do Estado na utilização dos recursos públicos, especialmente nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

4.1 - FUNÇÃO SAÚDE

Na área de saúde, observou-se em 2010 um incremento de investimentos da ordem de 18,9% em relação ao exercício de 2009, distribuído em ações e programas objetivando a universalização do acesso à atenção primária, a ampliação das redes de serviços hospitalares e de urgência, a redução da mortalidade infantil neonatal, o fortalecimento de redes de atenção à saúde integral da mulher e da criança, tentando minimizar as disparidades regionais no atendimento, e o aumento do acesso à atenção de média e alta complexidade, assim como a redução do grau de complicações, com especial destaque à ação preventiva.

4.2 - FUNÇÃO EDUCAÇÃO

Na área de educação, os investimentos do governo em 2010 aumentaram em 23,6% em relação ao ano anterior. Os programas e ações foram direcionados para enfrentar desafios em prol do aumento da eficiência do fluxo escolar no sistema educacional capixaba, da ampliação das taxas de acesso e permanência e da redução das taxas de evasão escolar, repetência e distorção idade-série. Destaque foi dado às ações para atendimento aos jovens capixabas. Dadas as deficiências verificadas em estudantes no tocante à leitura, à escrita e à matemática, em todos os estágios da educação básica, foram envidados esforços para melhoria do ensino em todos os níveis, no sentido de elevar a proficiência dos alunos em português e matemática, nas avaliações de referência nacional. Outra prioridade enfocada na área educacional foi a ampliação do acesso ao ensino profissionalizante.

4.3 - FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

Os investimentos nas áreas de justiça e segurança pública, incluindo o Poder Judiciário, passaram de R\$ 699.767.868,66 (seiscentos e noventa e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos) em 2009, para R\$ 1.101.505.574,91 (um bilhão, cento e um milhões, quinhentos e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos), em 2010, com incremento de 57,4%. Os programas e ações objetivaram, principalmente, a redução da violência e da criminalidade, com atuação preventiva e repressiva, a ampliação e modernização do sistema prisional – cujo gasto foi o mais expressivo, somando R\$ 204.016.206,29 (duzentos e quatro milhões, dezesseis mil, duzentos e seis reais e vinte e nove centavos), e o atendimento sócio-educativo ao adolescente em conflito com a lei. Os programas enfocam ainda melhoria no processo de ressocialização de adultos e de jovens em conflito com a lei. A modernização do sistema de segurança pública e defesa social, com ações objetivando a melhoria dos serviços prestados está presente nas ações de governo.

4.4 - FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO

Na área de administração, as ações implementadas objetivam a melhoria da qualidade das instituições e dos serviços prestados à sociedade, inclusive a capacitação permanente dos servidores públicos estaduais, com aumento de recursos em 53,7% em 2010, comparado ao ano anterior.

4.5 - DEMAIS FUNÇÕES

Nas demais áreas merecem destaque os investimentos com vistas ao desenvolvimento econômico sustentável, principalmente em infraestrutura, em cadeias produtivas, em ciência e tecnologia e em gestão ambiental.

4.6 - QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE A DOTAÇÃO INICIAL, AUTORIZADA E REALIZADA POR FUNÇÃO - EXERCÍCIO 2010 RECURSOS DE TODAS AS FONTES

Quadro 2

COMPARATIVO ENTRE A DOTAÇÃO INICIAL, AUTORIZADA E REALIZADA POR FUNÇÃO - EXERCÍCIO 2010							RECURSOS	
DE TODAS AS FONTES								
FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	REALIZADA (B)	% B / A	% REAL.	
		SUPLEMENTAÇÕES	ANULAÇÕES					
01 - LEGISLATIVA	200.010.144,00	51.429.105,51	34.299.740,00	217.139.509,51	186.003.424,06	85,66	2,02	
02 - JUDICIÁRIA	663.304.476,00	100.812.520,00	66.324.770,00	697.792.226,00	630.269.521,31	90,32	6,85	
03 - ESSENCIAL A JUSTIÇA	248.385.243,00	44.911.557,00	28.598.094,00	264.698.706,00	241.998.839,92	91,42	2,63	
04 - ADMINISTRAÇÃO	630.883.033,00	250.531.061,00	203.833.325,36	677.580.768,64	585.383.713,36	86,39	6,36	
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	913.769.868,00	317.973.435,81	93.090.232,81	1.138.653.071,00	1.101.505.574,91	96,74	11,97	
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	103.697.869,00	94.306.758,47	69.695.330,47	128.309.297,00	113.118.521,04	88,16	1,23	
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.145.829.386,00	358.027.899,00	138.682.086,00	1.365.175.199,00	1.336.459.655,39	97,90	14,53	
10 - SAÚDE	1.308.639.914,00	631.782.500,35	368.653.386,48	1.571.769.027,87	1.427.183.666,44	90,80	15,51	
11 - TRABALHO	11.634.977,00	15.915.019,74	6.627.652,74	58.422.344,00	70.126.198,34	120,03	0,76	
12 - EDUCAÇÃO	1.172.387.904,00	867.144.944,98	519.897.081,73	1.519.635.767,25	1.433.713.757,85	94,35	15,58	
13 - CULTURA	34.523.267,00	56.439.450,53	11.655.977,15	79.306.740,38	74.173.483,91	93,53	0,81	
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	242.210.168,00	458.551.889,22	221.316.914,22	479.445.143,00	453.061.317,96	94,50	4,92	
15 - URBANISMO	31.438.077,00	151.032.618,75	30.715.323,48	151.755.372,27	141.732.583,20	93,40	1,54	
16 - HABITAÇÃO	21.986.484,00	45.136.564,95	28.488.385,95	38.634.663,00	32.200.975,39	83,35	0,35	
17 - SANEAMENTO	197.677.756,00	15.337.428,00	14.922.270,00	235.359.533,00	259.156.184,87	110,11	2,82	
18 - GESTÃO AMBIENTAL	57.834.893,00	17.363.387,35	20.631.362,35	54.566.918,00	41.827.137,36	76,65	0,45	
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	48.222.192,00	48.732.966,99	46.435.631,00	50.519.527,99	41.837.620,62	82,81	0,45	
20 - AGRICULTURA	194.499.241,00	164.644.472,44	114.981.529,44	244.162.184,00	216.532.521,93	88,68	2,35	
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	491.661,00	17.738,00	77.848,00	431.551,00	397.294,42	92,06	0,00	
22 - INDÚSTRIA	17.088.298,00	3.707.500,00	11.312.348,00	10.083.450,00	6.726.350,67	66,71	0,07	
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	44.608.194,00	30.095.424,00	38.337.937,00	36.365.681,00	28.528.106,92	78,45	0,31	
24 - COMUNICAÇÕES	29.021.814,00	8.592.042,00	1.166.486,00	36.447.370,00	35.752.977,76	98,09	0,39	
25 - ENERGIA	407.000,00	0,00	407.000,00	0,00	0,00		-	
26 - TRANSPORTE	495.723.517,00	513.516.025,30	246.698.811,32	763.240.730,98	684.948.884,36	89,74	7,45	
27 - DESPORTO E LAZER	37.762.634,00	106.372.496,45	65.518.998,45	78.616.132,00	57.000.233,85	72,50	0,62	
TOTAL GERAL	7.852.038.010,00	4.352.374.805,84	2.382.368.521,95	9.898.110.912,89	9.199.638.545,84	92,94	100,00	

Fonte: SISPPA/SIAFEM

OBS: Na função 17 - Saneamento, o valor da dotação autorizada foi obtida a partir da dotação inicial, adicionando-se as suplementações e a previsão de recursos não orçamentários da CESAN no PPA e subtraindo-se as anulações.

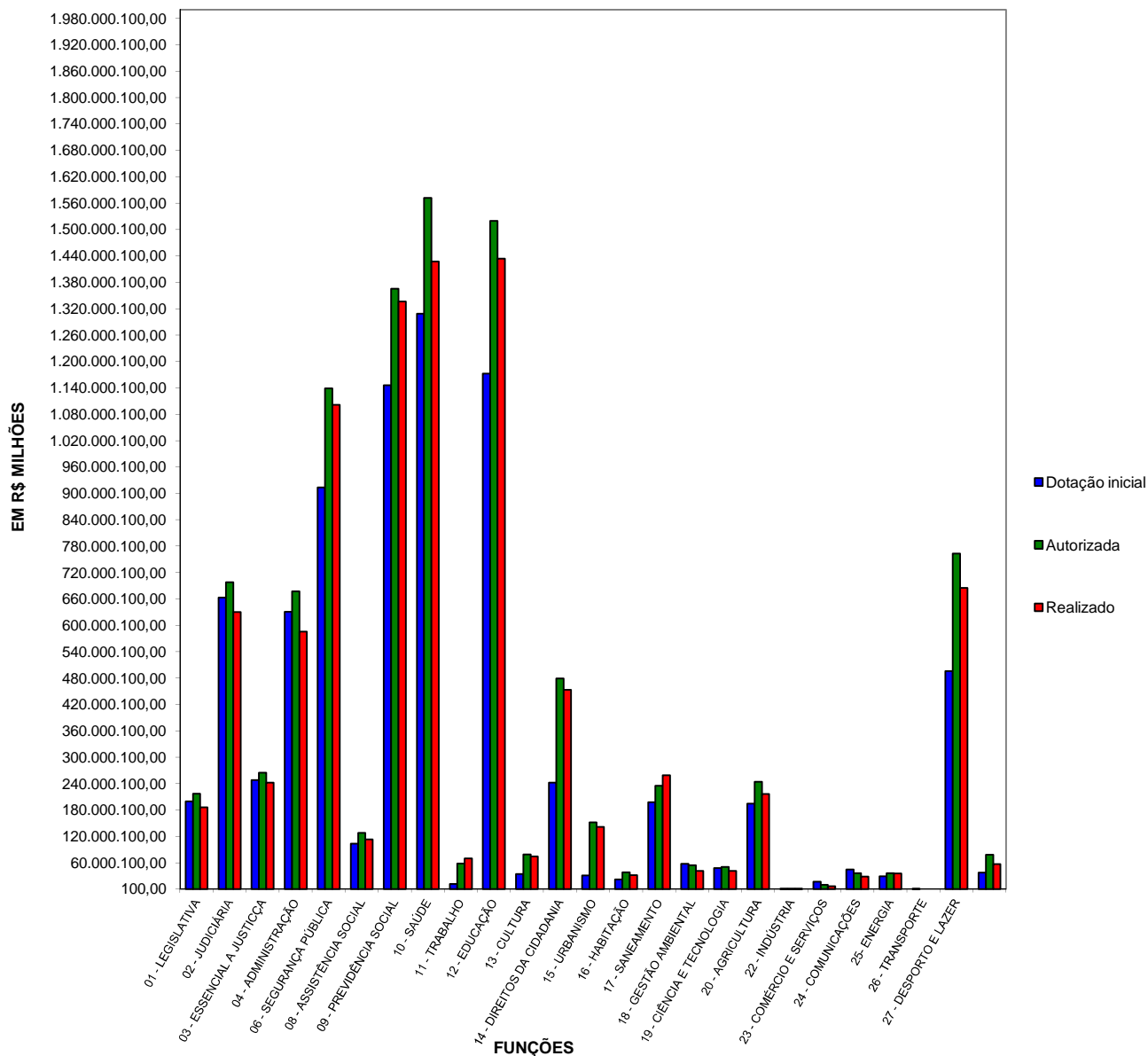
4.7 - QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA POR FUNÇÃO (2009 2010)

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA POR FUNÇÃO - 2009-2010			
R\$			
FUNÇÃO	REALIZADA (2009)	REALIZADA (2010)	EVOLUÇÃO 2009 - 2010
01 - LEGISLATIVA	155.802.352,36	186.003.424,06	19,4
02 - JUDICIÁRIA	720.575.203,67	630.269.521,31	-12,5
03 - ESSENCIAL A JUSTIÇA	208.666.746,41	241.998.839,92	16,0
04 - ADMINISTRAÇÃO	380.868.963,88	585.383.713,36	53,7
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	699.767.868,66	1.101.505.574,91	57,4
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	76.297.271,61	113.118.521,04	48,3
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.733.462.915,06	1.336.459.655,39	-22,9
10 - SAÚDE	1.200.115.383,69	1.427.183.666,44	18,9
11 - TRABALHO	50.670.955,05	70.126.198,34	38,4
12 - EDUCAÇÃO	1.159.932.055,51	1.433.713.757,85	23,6
13 - CULTURA	22.350.864,63	74.173.483,91	231,9
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	48.714.199,26	453.061.317,96	830,0
15 - URBANISMO	55.337.676,53	141.732.583,20	156,1
16 - HABITAÇÃO	13.634.909,12	32.200.975,39	136,2
17 - SANEAMENTO	290.615.588,50	259.156.184,87	-10,8
18 - GESTÃO AMBIENTAL	34.620.438,56	41.827.137,36	20,8
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	30.984.022,25	41.837.620,62	35,0
20 - AGRICULTURA	183.120.488,20	216.532.521,93	18,2
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	73.935,44	397.294,42	437,4
22 - INDÚSTRIA	4.382.943,46	6.726.350,67	53,5
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	19.096.468,35	28.528.106,92	49,4
24 - COMUNICAÇÕES	27.391.168,49	35.752.977,76	30,5
25 - ENERGIA	144.027,12	0,00	-100,0
26 - TRANSPORTE	653.491.483,72	684.948.884,36	4,8
27 - DESPORTO E LAZER	18.240.956,29	57.000.233,85	212,5
TOTAL GERAL	7.788.358.885,82	9.199.638.545,84	18,12

Fonte: SISPPA/SIAFEM

4.7 - GRÁFICO 2 - COMPARATIVO ENTRE A DOTAÇÃO INICIAL, AUTORIZADA E REALIZADA POR FUNÇÃO – EXERCÍCIO 2010 RECURSOS DE TODAS AS FONTES

COMPARATIVO ENTRE A DOTAÇÃO INICIAL, AUTORIZADA E REALIZADA POR FUNÇÃO - EXERCÍCIO DE 2010
 - RECURSOS DE TODAS AS FONTES-



Fonte: SISPPA/SIAFEM

5 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2010

O demonstrativo a seguir traz o valor previsto, autorizado e liquidado da despesa por Unidade Orçamentária. Destacam-se a Secretaria de Estado de Educação, com recursos no montante de R\$ 1.424.689.665,82 (um bilhão, quatrocentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) , o Fundo Estadual de Saúde, com R\$ 1.416.174.050,51 (um bilhão, quatrocentos e dezesseis milhões, cento e setenta e quatro mil, cinquenta reais e cinquenta e um centavos), o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Espírito Santo, cujos recursos somam R\$ 1.304.328.865,28 (um bilhão, trezentos e quatro milhões, trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos) e a Polícia Militar, que contou com R\$ 685.703.351,83 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, setecentos e três mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e três centavos) no ano de 2010.

5.1 - QUADRO 4 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2010

DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2010				
Código	Descrição	Previsto	Autorizado	Realizado
01101	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	122.073.727,00	127.348.959,51	114.316.753,70
02101	TRIBUNAL DE CONTAS DO EST. DO ESPIRITO SANTO	89.840.000,00	89.790.550,00	71.686.670,36
03101	TRIBUNAL DE JUSTICA DO EST. DO ESPIRITO SANTO	604.110.450,00	599.916.870,00	559.372.753,20
03901	FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO EST ES	53.643.665,00	68.671.920,00	44.205.400,93
04101	CORREGEDORIA GERAL DA JUSTICA	3.263.356,00	2.539.610,00	985.782,21
05101	MINISTERIO PUBLICO	227.061.137,00	226.070.000,00	210.325.080,21
05901	FUNDO ESTADUAL DE REP. INT. DIFUSOS LESADOS	545.000,00	520.000,00	-
05902	FUNDO ESPECIAL DO MINISTERIO PUBLICO DO ES	600.000,00	5.400.000,00	-
10101	SECRETARIA DA CASA CIVIL	2.515.614,00	2.850.191,00	2.712.765,91
10102	SECRETARIA DA CASA MILITAR	8.130.263,00	11.353.798,00	10.690.445,54
10103	SECRETARIA DE EST DE CONTROLE E TRANSPARENCIA	8.054.795,00	12.140.215,00	10.813.491,93
10104	SUPERINTENDENCIA ESTAD. DE COMUNICACAO SOCIAL	14.564.935,00	30.841.007,00	30.708.607,96
10105	DEFENSORIA PUBLICA	18.512.916,00	27.358.436,00	25.999.651,27
10109	SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO	14.260.284,00	22.522.500,00	21.887.118,23
10201	RADIO E TELEVISAO ESPIRITO SANTO	10.194.758,00	12.529.107,00	11.754.960,66
10902	FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PUBLICA	60.000,00	80.000,00	78.880,00
16101	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	21.814.302,00	32.208.706,00	31.673.759,71
16901	FUNDO MODERN INCENT COBR DIV ATIV REEST - PGE	-	500.000,00	-
19101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	1.772.937,00	1.357.780,00	1.271.136,55
22101	SEFAZ - ADM DIRETA	141.971.688,00	155.245.845,00	133.806.646,53
22202	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	11.146.000,00	16.744.983,00	10.313.834,47
22901	FUNDO DE MODERNIZACAO E DESENVOLV FAZENDARIO	5.585.080,00	11.980.964,00	7.531.513,17
27101	SEP - ADM DIRETA	42.010.488,00	16.965.150,64	7.875.177,58
27201	INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	11.042.203,00	26.623.271,00	21.233.714,82
27901	FUNDO METROP. DESENVOLV. DA GRANDE VITORIA	4.000.000,00	2.270.442,00	29.928,57
28101	SEGER - ADM DIRETA	94.970.460,00	68.897.040,00	49.368.210,46
28201	ESCOLA DE SERVICO PUBLICO DO ESPIRITO SANTO	5.422.584,00	7.086.367,00	6.077.262,92
28202	DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	10.587.088,00	12.810.541,00	12.013.943,21
28203	INSTIT DE TECNOLOGIA DA INFORM E COMUN DO ES	25.900.788,00	59.462.303,00	52.920.678,20
30101	SEDES - ADM DIRETA	5.751.007,00	5.999.774,00	5.334.189,72
30201	SUPERINTEND.PROJETOS POLARIZACAO INDUSTRIAL	11.682.165,00	9.281.419,00	5.934.320,09
30203	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS ESPIRITO SANTO	7.990.000,00	7.153.257,00	5.339.714,20
30204	AGENCIA DE SERVICOS PUB DE ENERGIA DO EST ES	4.707.500,00	1.984.025,00	1.516.558,67
30205	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO EM REDE DO ES	5.554.764,00	3.624.004,00	2.279.046,73
30206	BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESP SANTO S/A	37.500.000,00	37.500.000,00	52.331.901,00
31101	SEAG - ADM DIRETA	105.008.956,00	146.275.925,00	131.712.597,98
31201	INST DE DEFESA AGROPECUARIA E FLORESTAL DO ES	30.969.678,00	37.750.910,00	32.347.333,46
31202	INST CAPIXABA PESQ.ASSIST TECNICA E EXT RURAL	51.864.548,00	54.242.141,00	46.676.030,52
31203	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPIRITO SANTO	6.006.137,00	10.729.599,00	10.551.046,79
32101	SECT - ADM DIRETA	2.020.816,00	2.862.250,00	2.346.516,05
32202	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESP SANTO	11.590.379,00	18.512.487,99	10.621.636,25
32901	FUNDO ESTADUAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA	18.203.938,00	29.144.790,00	28.869.468,32

DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2010 (Continuação)				
Código	Descrição	Previsto	Autorizado	Realizado
41201	INST EST DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	43.496.906,00	46.667.204,00	38.496.917,71
41901	FUNDO DEFESA E DESENVOLVIMENTO MEIO AMBIENTE	23.465.260,00	1.000.000,00	-
41902	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS DO E	-	3.734.009,00	288.569,06
42101	SEDU - ADM DIRETA	1.183.220.750,00	1.509.424.250,36	1.424.689.665,82
42201	FACULDADE DE MUSICA DO ESPIRITO SANTO	6.229.886,00	10.610.493,89	9.319.666,27
44901	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	1.047.334.641,00	1.553.983.383,33	1.416.261.249,86
45101	SESP - ADM DIRETA	75.953.646,00	92.801.722,00	73.265.539,36
45102	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	234.451.228,00	264.248.600,00	262.013.934,52
45103	POLICIA MILITAR DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	519.245.068,00	692.666.059,00	685.703.351,83
45104	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ES	37.445.475,00	71.378.628,00	65.612.444,61
45105	DIRETORIA DE SAUDE DA POLICIA MILITAR	16.825.063,00	17.283.644,54	10.922.416,58
45901	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIP. DA POLICIA CIVIL	5.310.000,00	6.396.668,00	6.250.644,95
45902	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIP. DA POLICIA MILITAR	1.000.000,00	2.057.768,00	1.838.479,03
45903	FUNDO DE SAUDE DA POLICIA MILITAR ESP SANTO	752.092,00	502.000,00	-
45904	FUNDO ESP REEQUIP CORPO BOMBEIROS MILITAR ES	5.568.363,00	9.103.626,00	6.821.180,61
46101	SEJUS - ADM DIRETA	188.640.150,00	420.564.761,00	403.750.906,64
46201	INST ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO ESP SANTO	58.228.889,00	86.106.172,00	81.637.278,16
46202	INST EST DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR	3.867.500,00	7.013.344,00	3.945.023,39
46901	FUNDO DO TRABALHO PENITENCIARIO	742.000,00	3.101.412,00	2.151.000,00
46902	FUNDO PARA A INFANCIA E A ADOLESCENCIA	1.635.000,00	6.337.558,00	3.617.383,50
46903	FUNDO PENITENCIARIO ESTADUAL	738.000,00	459.000,00	-
46904	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	735.000,00	786.633,00	180.399,40
46905	FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS	1.956.825,00	1.426.256,00	3.071,70
47101	SEADH - ADM DIRETA	26.095.615,00	104.565.374,00	98.427.665,07
47901	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	22.771.852,00	36.040.051,00	27.538.456,50
60201	INST PREV ASSISTENCIA SERVIDORES DO EST ES	39.392.207,00	1.335.761.276,00	1.304.328.865,28
60901	FUNDO PREVIDENCIARIO	1.433.101.150,00	-	-
80101	ADMINISTRACAO GERAL A CARGO DA SEGER	127.529.881,00	184.963.160,00	178.079.245,03
TOTAL GERAL		7.955.345.820,00	9.898.110.912,89	9.199.638.545,84

Fonte: SISPPA/SIAFEM

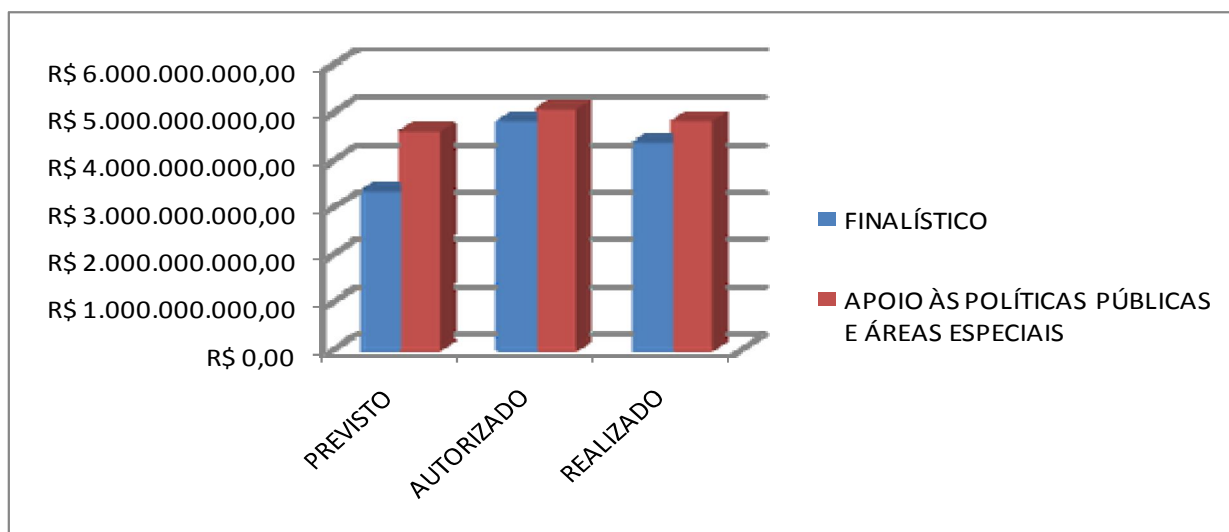
5.2 – QUADRO 5 E GRÁFICO 3 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR TIPO DE PROGRAMA - EXERCÍCIO 2010

QUADRO 5

DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR TIPO DE PROGRAMA - EXERCÍCIO 2010			
			R\$
TIPO	PREVISTO	AUTORIZADO	REALIZADO
FINALÍSTICO	3.348.904.253,00	4.824.460.162,35	4.372.746.674,00
APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E ÁREAS ESPECIAIS	4.606.441.567,00	5.073.650.750,54	4.826.891.871,84
TOTAL	7.955.345.820,00	9.898.110.912,89	9.199.638.545,84

Fonte: SISPPA/SIAFEM

GRÁFICO 3



Fonte: SISPPA/SIAFEM

5.3 - QUADRO 6 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR
PROGRAMA - EXERCÍCIO 2010

R\$

REDUÇÃO DA POBREZA					
CODIGO	DESCRIÇÃO	PREVISTO	ORÇADO	AUTORIZADO	REALIZADO
0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL BÁSICA	13.572.692,00	14.977.030,00	20.502.653,20	17.134.792,78
0011	ASSISTÊNCIA SOCIAL ESPECIAL	8.781.505,00	13.593.500,00	13.925.481,96	9.737.937,39
0105	DESENVOLVIMENTO SOCIAL INTEGRADO	5.926.072,00	2.769.489,00	1.340.612,00	212.646,20
0106	DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO COM INCLUSÃO SOCIAL	1.137.407,00	144.400,00	-	-
0220	HABITAÇÃO PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	3.132.000,00	-	-	-
0221	HABITAÇÃO SUBSIDIADA DE INTERESSE SOCIAL	12.052.517,00	21.963.646,00	38.611.825,00	32.191.555,83
0233	INCLUSÃO SOCIAL DO TRANSPORTE COLETIVO DA RMGV - TRANSCOL SOCIAL	35.272.407,00	50.800.000,00	66.800.000,00	66.712.009,35
0320	NOSSA CASA	3.800.000,00	-	-	-
0351	PROMOÇÃO, DEFESA E ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	1.635.000,00	2.571.650,00	6.337.558,00	3.617.383,50
0386	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	138.600,00	32.988,00	32.988,00	19.059,56
0412	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	4.351.951,00	5.522.525,00	3.615.000,00	2.095.443,08
0414	SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	4.711.937,00	10.530.112,00	20.011.589,00	17.027.264,97
0602	GESTÃO DE INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS ÁREAS DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.222.667,00	4.728.709,00	5.023.620,84	3.933.708,70
TOTAL		95.734.755,00	127.634.049,00	176.201.328,00	152.681.801,36

SAÚDE					
CODIGO	DESCRIÇÃO	PREVISTO	ORÇADO	AUTORIZADO	REALIZADO
0009	ASSISTÊNCIA À SAÚDE	17.577.155,00	15.757.074,00	17.785.644,54	10.922.416,58
0013	ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA EM SAÚDE	259.678.586,00	355.546.751,00	497.048.083,62	466.201.170,04
0158	EXPANSÃO E FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO ES	17.273.103,00	17.193.144,00	20.280.845,48	20.022.065,33
0230	IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	71.913.610,00	107.900.000,00	113.094.283,12	90.427.239,15
0231	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	9.307.077,00	14.657.912,00	16.907.429,47	6.337.597,48
0290	MANUTENÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	212.370.151,00	234.048.515,00	302.471.277,89	285.384.778,84
0385	REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ESTADO	85.178.992,00	212.793.159,00	168.644.967,83	124.758.309,54
0594	GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE NO ESTADO	12.685.531,00	27.784.514,00	39.074.926,60	33.375.509,97
TOTAL		685.984.205,00	985.681.069,00	1.175.307.458,55	1.037.429.086,93

EDUCAÇÃO					
CODIGO	DESCRIÇÃO	PREVISTO	ORÇADO	AUTORIZADO	REALIZADO
0051	BOLSA UNIVERSITÁRIA - NOSSA BOLSA	14.332.264,00	15.631.018,00	19.543.970,00	19.543.970,00
0109	DIREITO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	14.748.427,00	10.472.270,00	12.855.150,00	11.758.215,27
0151	EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE	41.493.976,00	24.810.845,00	22.118.313,00	14.306.485,52
0152	EDUCAÇÃO MUSICAL	2.748.881,00	2.197.574,00	4.705.894,00	4.468.340,17
0153	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	30.193.572,00	32.317.000,00	27.080.969,00	16.957.746,87
0160	EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR	84.138.364,00	50.352.140,00	148.341.308,00	117.432.638,98
0183	FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	6.282.705,00	4.976.560,00	5.996.119,00	4.009.170,52
0203	GESTÃO ESCOLAR	549.083.096,00	627.383.512,00	826.339.023,36	807.114.835,42
0260	JUVENTUDE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO	1.643.151,00	2.967.742,00	4.173.742,00	1.481.197,65
0604	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO	20.240.897,00	24.526.472,00	29.494.485,00	27.034.322,93
0651	INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA DA EDUCAÇÃO	6.063.020,00	7.320.000,00	17.659.169,00	17.097.387,11
TOTAL		770.968.353,00	802.955.133,00	1.118.308.142,36	1.041.204.310,44

DEFESA SOCIAL E JUSTIÇA					
CODIGO	DESCRIÇÃO	PREVISTO	ORÇADO	AUTORIZADO	REALIZADO
0004	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	102.970.000,00	93.386.373,00	213.802.909,00	204.016.206,29
0006	APOIO A CIDADANIA E PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA	4.342.646,00	9.685.000,00	9.561.365,00	5.237.699,61
0014	ATENÇÃO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	16.806.000,00	11.410.380,00	13.195.148,00	12.082.006,34
0015	ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL	-	747.349,00	942.123,00	192.629,20
0018	ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL	49.170.733,00	63.679.249,00	105.173.792,00	101.737.833,92
0093	DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CORPO DE BOMBEIROS PARA MUNICÍPIOS PÓLOS	553.137,00	700.000,00	4.410.000,00	1.059.485,14
0110	DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS	624.216,00	1.974.574,00	2.100.574,00	1.148.935,80
0154	EDUCAÇÃO, SEGURANÇA E MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA NO TRÂNSITO	62.170.760,00	31.910.159,00	36.699.213,12	34.258.883,94
0165	EXPANSÃO DA REDE E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO	16.086.193,00	10.296.642,00	33.002.463,00	31.063.284,09
0239	INTEGRAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA DEFESA CIVIL ESTADUAL	181.564,00	231.000,00	153.944,00	152.227,16
0292	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CBMES	5.153.394,00	7.083.626,00	8.848.126,00	6.760.518,34
0295	MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL	5.300.000,00	2.070.000,00	6.396.668,00	6.250.644,95
0297	MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR	1.000.000,00	791.920,00	2.057.768,00	1.838.479,03
0330	O ESPÍRITO SANTO SEM VIOLÊNCIA	28.090.250,00	9.220.000,00	13.820.252,00	12.757.068,69
0343	PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE	38.009.924,00	24.264.841,00	31.824.177,00	30.657.260,62
0344	PREVENÇÃO E SOCORRO PARA A COMUNIDADE CAPIXABA	730.661,00	1.659.563,00	1.696.375,00	1.211.027,66
0384	REESTRUTURAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	143.000,00	105.000,00	105.000,00	78.880,00
0591	GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS	3.292.000,00	1.433.209,00	1.513.609,00	931.312,67
0598	GESTÃO DA POLÍTICA PENITENCIÁRIA	8.478.000,00	6.659.397,00	7.510.397,00	4.700.630,19
0599	GESTÃO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS	1.956.825,00	1.426.256,00	1.426.256,00	3.071,70
0692	MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE	61.793.362,00	79.228.190,00	63.429.180,00	48.661.721,74
TOTAL		406.852.665,00	357.962.728,00	557.669.339,12	504.799.807,08

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
CODIGO	DESCRIÇÃO	PREVISTO	ORÇADO	AUTORIZADO	REALIZADO
0016	ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE INVESTIMENTOS	255.300,00	200.000,00	34.860,00	34.860,00
0061	COMPETE - ES	200.000,00	430.000,00	100.000,00	100.000,00
0072	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - C,T&I	14.435.797,00	26.573.346,00	24.200.479,99	16.465.730,01
0097	DESENVOLVIMENTO DA LOGÍSTICA E DO COMÉRCIO EXTERIOR	353.575,00	170.000,00	-	-
0100	DESENVOLVIMENTO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	600.000,00	922.000,00	210.800,00	7.800,00
0102	DESENVOLVIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS DO ESTADO DO ES	314.602,00	570.000,00	710.000,00	689.999,98
0103	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ESTADUAL	8.980.000,00	12.477.898,00	5.786.019,00	4.113.602,20
0104	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	877.250,00	2.180.000,00	20.000,00	-
0111	DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA	150.000,00	61.500,00	30.750,00	-
0182	FOMENTO AO TURISMO REGIONAL	260.000,00	8.000,00	257.600,00	257.600,00
0232	INCENTIVO À RECUPERAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO ESTADO	37.500.000,00		37.500.000,00	52.331.901,00
0234	INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	150.000,00	1.063.951,00	245.000,00	195.000,00
0237	INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	3.123.371,00	24.162.863,00	5.858.195,00	5.308.282,91
0340	PETRÓLEO E GÁS CAPIXABA	65.125,00	110.000,00	-	-
0342	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS EMPRESARIAIS	50.000,00	30.000,00	30.000,00	-
0346	PROGRAMA INTEGRADO DE ENERGIA E GÁS	550.000,00	407.000,00	-	-
0347	PROJETOS DIFUSORES DE DESENVOLVIMENTO	930.000,00	1.567.000,00	107.171,00	67.170,60
0348	PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO TURISMO	870.000,00	1.470.850,00	4.926.089,00	4.554.585,71
0370	QUALIDADE DOS PRODUTOS TURÍSTICOS	1.210.000,00	365.000,00	1.035.593,00	962.980,97
0601	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO	1.884.075,00	2.647.113,00	1.709.658,00	972.500,91
0608	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO	465.000,00	2.628.000,00	3.249.000,00	3.185.900,00
	TOTAL	73.224.095,00	78.044.521,00	86.011.214,99	89.247.914,29

INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA					
CODIGO	DESCRIÇÃO	PREVISTO	ORÇADO	AUTORIZADO	REALIZADO
0012	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL A AGRICULTORES, PESCADORES E POPULAÇÕES TRADICIONAIS	4.970.000,00	7.040.936,00	3.120.936,00	1.136.546,68
0060	COMERCIALIZAÇÃO E MERCADOS	1.248.500,00	3.321.419,00	3.864.150,00	1.577.277,05
0091	DEFESA SANITÁRIA, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO ANIMAL	1.215.767,00	2.607.670,00	1.982.250,00	1.205.336,38
0092	DEFESA SANITÁRIA, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO VEGETAL	791.716,00	341.840,00	696.952,00	589.123,04
0094	DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA	780.000,00	759.000,00	601.860,00	504.150,00
0095	DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA NO ESPÍRITO SANTO – CAFÉ COM QUALIDADE	360.000,00	575.000,00	60.000,00	24.277,95
0096	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	1.678.826,00	1.147.500,00	1.516.977,00	1.307.757,83
0098	DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA BOVINA	2.826.000,00	3.112.000,00	3.518.812,00	3.375.852,70
0099	DESENVOLVIMENTO DA PESCA E AQUICULTURA	1.440.000,00	750.000,00	790.000,00	681.944,93
0107	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR	11.059.019,00	23.034.506,00	59.294.686,00	54.297.907,90
0108	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SILVICULTURA	1.209.017,00	1.503.240,00	1.229.400,00	1.016.686,78
0155	ELETRIFICAÇÃO RURAL - LUZ NO CAMPO	5.150.000,00	4.032.500,00	1.635.390,00	1.073.520,00
0156	ESTRADAS RURAIS – CAMINHOS DO CAMPO	57.483.586,00	35.420.000,00	57.328.683,00	53.820.857,65
0185	FORTALECIMENTO DE OUTROS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E CADEIAS PRODUTIVAS	100.000,00	503.000,00	51.000,00	30.122,00
0200	GERAÇÃO/ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIAS AGROPECUÁRIA E PESQUEIRA	3.000.000,00	3.904.789,00	1.683.766,00	881.082,16
0341	POLÍTICA AGRÁRIA E FUNDIÁRIA	1.074.661,00	2.145.757,00	1.709.347,00	545.748,65
0381	RECUPERAÇÃO DA LAVOURA CACAUEIRA	200.000,00	200.000,00	-	-
0430	TELECOMUNICAÇÕES RURAIS - VOZ NO CAMPO	6.020.000,00	6.000.000,00	54.979,00	27.660,00
0450	VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL	1.800.000,00	1.204.000,00	526.000,00	200.016,96
0580	FORTALECIMENTO DE INSTITUIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2.902.000,00	2.004.000,00	976.000,00	600.344,91
0690	MARKETING DA AGRICULTURA CAPIXABA	1.010.920,00	983.904,00	1.246.392,00	994.648,77
	TOTAL	106.320.012,00	100.591.061,00	141.887.580,00	123.890.862,34

REDE DE CIDADES E SERVIÇOS					
CODIGO	DESCRIÇÃO	PREVISTO	ORÇADO	AUTORIZADO	REALIZADO
	COORDENAÇÃO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2.853.100,00	2.357.104,00	1.810.650,00	936.621,92
0541					
0550	DESENVOLVIMENTO DA REDE DE CIDADES	16.000,00	410.000,00	374.915,00	198.289,75
	GESTÃO DA POLÍTICA DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	4.425.000,00	5.283.409,00	3.835.957,00	1.569.500,13
0593					
	TOTAL	7.294.100,00	8.050.513,00	6.021.522,00	2.704.411,80

LOGÍSTICA E TRANSPORTES					
CODIGO	DESCRIÇÃO	PREVISTO	ORÇADO	AUTORIZADO	REALIZADO
	CONSOLIDAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA URBANA	10.066.666,00	24.530.000,00	48.063.279,00	35.061.382,73
0066					
	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL E DE VIAS COMPLEMENTARES	201.256.084,00	37.360.614,00	189.536.102,00	183.374.774,38
0067					
0070	CONTROLE E SEGURANÇA DO TRÁFEGO RODOVIÁRIO	10.660.000,00	9.700.000,00	22.441.163,86	19.726.596,52
0235	INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO ESTADO	764.417,00	650.000,00	341.178,00	340.517,44
0238	INFRA-ESTRUTURA URBANA	6.284.042,00	18.200.000,00	139.855.653,27	133.798.517,11
0291	MANUTENÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA ESTADUAL	30.000.000,00	37.367.273,00	58.336.938,00	50.396.431,85
0293	MOBILIDADE URBANA	76.984.027,00	83.367.940,00	79.418.172,00	56.893.201,59
0382	RECUPERAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL	3.012.629,00	105.027.706,00	107.349.132,00	96.517.735,66
0415	SISTEMA DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DA RMGV	-	2.150.000,00	-	-
0595	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	37.199.232,00	34.579.465,00	48.926.241,00	46.630.865,11
	TOTAL	376.227.097,00	352.932.998,00	694.267.859,13	622.740.022,39

MEIO AMBIENTE					
CODIGO	DESCRIÇÃO	PREVISTO	ORÇADO	AUTORIZADO	REALIZADO
	ÁGUA EM QUANTIDADE E COM QUALIDADE NO ESPÍRITO SANTO	1.595.000,00	656.600,00	1.348.000,00	759.818,05
0001					
	AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	8.850.000,00	3.421.906,00	15.377.625,00	2.266.011,24
0002					
0064	CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	23.465.260,00	1.000.000,00	1.000.000,00	-
0071	CORREDOR ECOLÓGICO DA MATA ATLÂNTICA	-	3.422.000,00	133.500,00	58.691,19
0150	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	1.540.995,00	1.641.000,00	974.500,00	684.157,56
0164	ESFORÇO GOVERNAMENTAL EM AÇÕES DE MEIO AMBIENTE	2.850.337,00	3.753.135,00	1.963.474,00	985.475,67
0180	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL PREVENTIVA E CORRETIVA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	1.945.000,00	744.600,00	521.600,00	22.879,00
0201	GERENCIAMENTO COSTEIRO INTEGRADO	14.090.000,00	38.432.630,00	64.822.130,00	64.764.950,72
0236	INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	4.450.900,00	1.518.000,00	105.000,00	4.820,78
0280	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	145.000,00	1.012.200,00	441.200,00	160.799,90
	RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	8.941.000,00	10.694.000,00	6.951.320,00	3.716.229,66
0383					
0388	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - RSU	11.595.000,00	12.209.426,00	975.365,00	356.910,98
0411	SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO	216.676.934,00		216.646.934,00	255.508.470,00
0413	SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.360.000,00	4.245.009,00	4.210.009,00	560.270,04
0490	ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	-	760.000,00	942.000,00	941.846,84
0507	APOIO AO CONTROLE DA POLUIÇÃO	6.665.000,00	2.491.000,00	2.220.000,00	1.333.096,88
0596	GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	5.491.832,00	4.521.220,00	4.809.025,00	4.552.735,25
	TOTAL	309.662.258,00	90.522.726,00	323.441.682,00	336.677.163,76

IDENTIDADE E IMAGEM CAPIXABA					
CODIGO	DESCRIÇÃO	PREVISTO	ORÇADO	AUTORIZADO	REALIZADO
0052	BOLSA ATLETA CAPIXABA	-	-	577.500,00	577.500,00
0159	EXPANSÃO E MELHORIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA ESPORTIVA	18.690.125,00	29.742.706,00	67.322.704,00	48.830.084,19
0161	EXPANSÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	3.566.352,00	13.407.844,00	51.632.142,00	50.387.331,92
0184	FOMENTO E INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER	-	-	1.000.000,00	-
0350	PROMOÇÃO E GESTÃO CULTURAL	2.074.598,00	6.402.200,00	10.575.657,00	8.224.498,98
0380	RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO DO TERCEIRO MILÊNIO	706.420,00	1.207.703,00	1.018.934,00	612.662,67
0605	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE ESPORTES E LAZER	750.000,00	1.965.000,00	1.875.000,00	1.875.000,00
0606	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ÁREA CULTURAL	270.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00	1.433.519,52
TOTAL		26.057.495,00	54.175.453,00	135.451.937,00	111.940.597,28

GESTÃO PÚBLICA E QUALIDADE DAS INSTITUIÇÕES					
CODIGO	DESCRIÇÃO	PREVISTO	ORÇADO	AUTORIZADO	REALIZADO
8	ARQUIVO ITINERANTE	12.500,00	12.500,00	37.738,00	18.928,14
63	CONSCIÊNCIA TRIBUTÁRIA	22.823,00	368.000,00	368.000,00	-
68	CONSUMIDOR CIDADÃO	745.000,00	1.555.854,00	4.167.627,00	1.421.536,40
101	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES METROLÓGICAS	1.450.000,00	1.005.000,00	720.000,00	610.205,41
157	EXECUÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MERCANTIS	1.908.894,00	2.536.545,00	6.115.355,00	2.789.425,72
202	GERENCIAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAIS	1.500,00	7.045.678,00	4.595.678,00	1.253.251,35
294	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLÓGICA DO PROCON/ES	310.000,00	349.000,00	209.000,00	47.902,00
345	PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES	787.812,00	1.036.206,00	1.569.102,00	1.288.700,88
371	QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO E ÀS EMPRESAS	3.000.000,00	9.788.500,00	11.975.788,00	11.389.993,67
500	ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA, APERFEIÇOAMENTO E GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA SEAG	5.991.667,00	10.567.490,00	8.255.858,00	5.589.208,63
501	ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	233.802.698,00	220.168.846,00	15.934.973,72	6.955.645,84
502	ADMINISTRAÇÃO GERAL	32.712.450,00	49.920.948,00	37.413.946,27	30.866.610,87
504	ASSESSORAMENTO À GESTÃO GOVERNAMENTAL	2.365.784,00	3.386.180,00	3.516.472,00	1.457.986,07
505	ASSESSORAMENTO GOVERNAMENTAL	14.260.284,00	15.388.900,00	22.458.900,00	21.813.243,77
530	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.433.101.150,00	1.103.011.376,00	1.313.615.658,00	1.287.160.082,80
542	COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSOES ESPECIAIS	33.724.586,00	42.818.010,00	51.559.541,00	49.299.572,59
560	ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA	7.797.795,00	8.784.215,00	10.416.845,00	9.325.409,52
590	GESTÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - C, T & I	100.000,00	1.265.000,00	1.265.000,00	999.432,82
600	GESTÃO DAS ATIVIDADES DA VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO	1.772.937,00	1.617.280,00	1.357.280,00	1.271.136,55
603	GESTÃO DE OBRAS CIVIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	16.735.508,00	8.496.900,00	4.099.200,00	3.496.797,13
607	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INTEGRAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	2.000.000,00	1.288.032,00	300.000,00	-
609	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA	1.848.947,00	3.961.860,00	290.715,00	83.215,00
610	GESTÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	480.000,00	505.951,00	632.838,00	502.797,46
611	GESTÃO FAZENDÁRIA	33.477.669,00	43.428.600,00	33.997.227,00	14.923.290,05
612	GESTÃO PÚBLICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO	12.132.656,00	22.178.129,00	28.225.023,00	28.195.929,86
650	INFORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER EXECUTIVO	7.782.276,00	15.703.641,00	37.694.193,00	32.239.178,43
652	INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA	3.261.471,00	12.003.112,00	15.074.500,00	5.922.410,01
691	MODERNIZAÇÃO DO PARQUE GRÁFICO	55.125,00	1.038.000,00	313.133,00	312.000,00
693	MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	13.679.478,00	17.641.078,00	7.507.969,64	1.524.523,78
720	PROMOÇÃO DA CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO	5.422.584,00	6.918.131,00	6.891.367,00	5.896.944,18
740	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DO ESTADO	21.814.302,00	20.443.000,00	28.269.023,00	27.381.267,50
750	SEGURANÇA DE DIGNATÁRIOS	8.130.263,00	7.813.339,00	11.283.523,00	10.623.181,93
800	APOIO ADMINISTRATIVO	2.094.142.791,00	1.998.676.929,00	2.692.110.966,60	2.610.770.319,20
	TOTAL	3.994.830.950,00	3.640.722.230,00	4.362.242.440,23	4.175.430.127,56

OUTROS PODERES					
CODIGO	DESCRIÇÃO	PREVISTO	ORÇADO	AUTORIZADO	REALIZADO
0017	AVANÇO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO JURISDICIONAL ACESSÍVEL E CÉLERE	6.266.900,00	5.281.800,00	5.281.800,00	3.444.516,63
0019	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	3.101.152,00	4.531.594,00	3.590.594,00	418.979,65
90	DEFESA DE INTERESSES DIFUSOS LESADOS	545.000,00	520.000,00	520.000,00	-
0163	EXPANSÃO MODERNA E ESTRUTURAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	94.780.332,00	89.399.970,00	87.944.890,00	47.882.194,13
181	FISCALIZAÇÃO, DISCIPLINA E ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA	3.263.356,00	4.211.530,00	1.539.610,00	921.865,73
0261	JUDICIÁRIO NA BUSCA DO ATENDIMENTO PLENO ÀS DEMANDAS DA SOCIEDADE	532.895.378,00	453.267.900,00	504.214.900,00	484.080.251,51
0296	MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	12.350.000,00	17.435.000,00	22.157.000,00	16.157.855,59
0349	PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA	500.000,00	540.000,00	465.000,00	175.344,66
0540	CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	67.681.000,00	59.764.161,00	64.582.161,00	61.522.651,77
0597	GESTÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	159.882.300,00	125.565.000,00	125.745.000,00	124.931.154,05
0801	APOIO ADMINISTRATIVO	118.972.575,00	112.888.000,00	123.758.365,51	113.897.774,05
0802	APOIO ADMINISTRATIVO	22.159.000,00	22.826.389,00	25.208.389,00	10.164.018,59
0803	APOIO ADMINISTRATIVO	23.811.505,00	95.781.370,00	72.147.200,00	68.235.108,34
0805	APOIO ADMINISTRATIVO	54.928.837,00	80.930.000,00	83.103.000,00	69.060.725,91
	TOTAL	1.101.137.335,00	1.072.942.714,00	1.120.257.909,51	1.000.892.440,61
	TOTAL DE TODOS OS PROGRAMAS	7.955.345.820,00	7.852.038.010,00	9.898.110.912,89	9.199.638.545,84

Fonte: SISPPA/SIAFEM

5.4 - QUADRO 7 - DEMONSTRATIVO DOS 10 PROGRAMAS COM MAIOR
DESEMPENHO FINANCEIRO - EXERCÍCIO 2010

DEMONSTRATIVO DOS 10 PROGRAMAS COM MAIOR DESEMPENHO FINANCEIRO - EXERCÍCIO 2010				
Código	Descrição	Previsto	Autorizado	Realizado
0800	APOIO ADMINISTRATIVO	2.094.142.791,00	2.692.110.966,60	2.610.770.319,20
0530	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGURADOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.433.101.150,00	1.313.615.658,00	1.287.160.082,80
0203	GESTÃO ESCOLAR	549.083.096,00	826.339.023,36	807.114.835,42
0261	JUDICIÁRIO NA BUSCA DO ATENDIMENTO PLENO ÀS DEMANDAS DA SOCIEDADE	532.895.378,00	504.214.900,00	484.080.251,51
0013	ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA EM SAÚDE	259.678.586,00	497.048.083,62	466.201.170,04
0290	MANUTENÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	212.370.151,00	302.471.277,89	285.384.778,84
0411	SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO	216.676.934,00	216.646.934,00	255.508.470,00
0004	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	102.970.000,00	213.802.909,00	204.016.206,29
0067	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL E DE VIAS COMPLEMENTARES	201.256.084,00	189.536.102,00	183.374.774,38
0238	INFRA-ESTRUTURA URBANA	6.284.042,00	139.855.653,27	133.798.517,11
TOTAL		5.608.458.212,00	6.895.641.507,74	6.717.409.405,59

Fonte: SISPPA/SIAFEM

6 - AVALIAÇÃO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO

A análise da conjuntura econômica deve observar tanto parâmetros de ordem macroeconômica, que condicionam variáveis como a arrecadação de impostos e o serviço da dívida, como também parâmetros próprios da situação fiscal do Estado e do atendimento à legislação que rege as finanças públicas, que limitam e orientam o ordenamento da despesa.

No âmbito estadual, medidas saneadoras de ordem fiscal adotadas a partir do ano de 2003 evidenciaram o intenso esforço para recuperação do equilíbrio econômico-financeiro. Tais medidas contemplaram o contínuo esforço de arrecadação e o combate à sonegação, e ainda, o rigoroso controle e otimização dos gastos praticados no âmbito do setor público estadual, permitindo o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para cada ano e gerando superávits primários.

No exercício de 2009 o resultado apurado ao final do exercício atingiu o volume de R\$ 969 milhões em decorrência da abertura de créditos adicionais por superávit financeiro apurado em exercícios anteriores. Devido à incorporação desses créditos adicionais ao orçamento, cuja aplicação foi basicamente em despesas de investimentos, o resultado primário apurado foi negativo em R\$ 413 milhões.

No entanto, quando o resultado primário é calculado considerando a receita arrecadada e a despesa realizada, deduzida do valor correspondente aos créditos abertos durante o ano, o valor apurado é positivo de R\$ 555 milhões contra a meta inicialmente prevista de R\$ 308 milhões. O superávit primário indica a capacidade de pagamento do serviço da dívida pública, que no exercício de 2009 importou em R\$ 383 milhões.

Nesse contexto, o ajuste fiscal promovido nos exercícios anteriores, vem mantendo o Estado num cenário positivo de contínua construção e organização administrativa e financeira, cuja credibilidade junto a organismos multilaterais de crédito, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD e organismos

nacionais de financiamento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, é constatada mediante novos projetos a serem executados, bem como os pleitos já formalizados, de operações de crédito em tramitação na Secretaria do Tesouro Nacional - STN, como o “Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária – PROFAZ/ES”, no valor de US\$ 21,992 milhões, dando continuidade aos objetivos do Governo nos planos econômico e social, representados, principalmente, pelas recentes celebrações de operações de crédito: “Programa de Gerenciamento da Poluição Costeira e de Águas do Espírito Santo - Projeto Águas Limpas II”; “Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais – PMAE FAZENDÁRIO”; “Programa de Ampliação e Modernização do Sistema Hospitalar do Estado do Espírito Santo – Projeto Saúde ES”; e “Programa Emergencial de Financiamento dos Estados e do Distrito Federal – PEF I”. Essas operações de crédito totalizam o montante de US\$ 71,500 milhões, e R\$ 231,970 milhões, respectivamente provenientes de recursos externos e internos.

Os investimentos com recursos de caixa do tesouro totalizaram o valor de R\$ 965 milhões em 2009. Esse resultado positivo demonstra que o Governo tem se empenhado para o cumprimento das metas fixadas, que visa além da manutenção do equilíbrio das contas públicas, o desenvolvimento da capacidade de investimento do Estado com recursos próprios.

7 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR FONTE DE RECURSOS

A execução financeira por fonte de recursos encontra-se demonstrada no Volume III (anexo), contemplando além dos valores orçamentários, os valores não orçamentários, informados pelas unidades gestoras responsáveis.

FONTE DE RECURSO - PPA 2008 / 2011
<i>0100 – RECURSOS DE CAIXA</i>
<i>0112 – RECURSOS VINCULADOS</i>
<i>0270 – RECURSOS ARRECADADOS</i>
<i>0280 – OUTRAS FONTES</i>
<i>9999 – NÃO ORÇAMENTÁRIO</i>

8 - EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO

A execução da despesa por Poder e Ministério Público encontra-se demonstrada no Volume III (anexo).

9 - METODOLOGIA

No acompanhamento e execução do Plano, adotou-se o seguinte procedimento:

- Levantamento e utilização dos dados do orçamento de 2010 constantes do SISPPA, do SIAFEM e do SIPLAN, evidenciando as funções e principais programas e ações sob a responsabilidade do Governo;
- Levantamento e utilização dos dados dos orçamentos de 2010, constantes do SIAFEM e do SIPLAN, referentes à execução financeira e orçamentária de todos os programas e ações de Governo constante do PPA e do Orçamento, com recursos de fontes orçamentárias;
- Utilização de dados “Não Orçamentários” informados por Instituições Públicas Estaduais, entre as quais Empresas Públicas e de Sociedade de Economia Mista;
- Informações lançadas pelos GPO’s – Grupos de Planejamento e Orçamento e equivalentes na atualização dos dados do SISPPA, envolvendo execução física de ações e dados financeiros “Não Orçamentários”;
- Utilização de dados informados no SIGES – Sistema de Gerenciamento Estratégico de Projetos do Governo do Espírito Santo, referente aos Projetos Prioritários do Governo.

10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Plano de Desenvolvimento - Espírito Santo 2025;
- Diretrizes Estratégicas, 2007-2010;
- Mensagem nº 175/2007 que encaminhou o Projeto de Lei do PPA à Assembléia Legislativa;
- Lei nº 8.821, de 17.01.2008 - Plano Plurianual Quadriênio 2008-2011;
- Lei nº 9.277, de 04.08.2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2010;
- Lei nº 9.400, de 20.01.2010 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2010;
- Lei nº 8.989, de 11.09.2009 – Inclui programa e respectivas ações e atributos no anexo I da Lei nº 8.821, de 17.01.2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008 - 2011;
- Relatório do SIAFEM - Demonstrativo da Despesa Orçamentária Executada por Programa e Ação (Todas as Unidades Gestoras) Exercício 2010;
- Relatório sobre a Execução Programática do Orçamento do Estado - Exercício de 2010 e de Programas e Ações do PPA 2008-2011 do Estado, edição 2010, encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Sítio [HTTP://www.es.gov.br/site/banco_imagens/list.aspx](http://www.es.gov.br/site/banco_imagens/list.aspx).

